



MANIFESTO ELEITORAL

BLOCO DE ESQUERDA LEGISLATIVAS 2015

- 1. Europa.** Desobedecer à austeridade
- 2. Trabalho.** Criar emprego e recuperar direitos
- 3. Estado Social.** Fator de modernização do país
- 4. Justiça e Igualdade.** Razões da democracia
- 5. Bens comuns.** Desenvolvimento produtivo e ambiental

ANEXO Inclui a resolução “A Democracia contra o Colonialismo Financeiro”, aprovada pela Mesa Nacional do Bloco de Esquerda em 26 de Julho de 2015

1. Europa.

Desobedecer à Austeridade

1.1. UM PAÍS EM ESTADO DE CHOQUE

Segundo Passos Coelho, no final do seu mandato, “os portugueses respiram de alívio”. Em quatro anos o produto caiu 5%, centenas de milhar de jovens fugiram do país, um trauma social só comparável ao do tempo da guerra colonial dos anos sessenta do século passado. A pobreza e a malnutrição atingem entre um quarto e um terço das crianças e dos idosos, 600 mil empregos foram destruídos, uma queda de 12% só contida pela promoção estatal de estágios precários.

Esta radical transformação do país operou-se a partir de 2010 e consumou-se no programa de austeridade assinado, com as instituições da troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI), pelos partidos do “arco do memorando” - PS, PSD e CDS.

Mas a austeridade é mais do que a senha da catástrofe económica e social portuguesa. É também o nome da estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União. O resultado é um empobrecimento massivo das camadas populares e uma situação de grande instabilidade política à escala continental.

As eleições legislativas decorrem em Portugal sob o signo desta crise europeia. O impasse que se vive atualmente na Grécia é determinante para o futuro de toda a Europa. O que se decide é se, na zona euro, é possível aplicar políticas diferentes das que são prescritas por Bruxelas. A resposta das instituições europeias tem-se resumido à tentativa de estrangular o governo eleito e impor as medidas que o povo grego rejeitou nas urnas. Além disso, a Alemanha dispensou todas as regras do método comunitário, o BCE retem as verbas relativas aos lucros obtidos com títulos de dívida agrega e a Comissão Europeia e o Eurogrupo já violaram qualquer leitura razoável do acordo assinado a 20 de Fevereiro. Na Europa de hoje, em que o poder de Berlim é regra única, a defesa da democracia é a arma dos povos contra a chantagem.

Só é possível inverter a política de austeridade rompendo com a lógica dos programas de ajustamento e do pacto de estabilidade. Isso mesmo fica demonstrado na Grécia, mas também na capitulação total de governos como o do PS francês. Sob a chantagem da dívida e

do Tratado Orçamental, não é possível um programa de investimento que inverta o ciclo da crise. Prova disso é o programa eleitoral do PS: mesmo com delírio otimista sobre a evolução económica, tem que manter a punição fiscal do trabalho, penaliza a Segurança Social e liberaliza o despedimento para obedecer aos critérios de Angela Merkel.

A arquitetura da moeda única criou uma autoridade sobre a política monetária e cambial que retira aos Estados os instrumentos mais importantes de ação económica. Sob as atuais regras europeias, a possibilidade do controlo de capitais é reduzida a breves momentos excecionais e não é possível o controlo público da banca ou de indústrias, ou um programa para o pleno emprego. A menos que haja desobediência, em nome da soberania.

O Bloco de Esquerda propõe, com a Esquerda Europeia, uma Conferência Europeia para a Reestruturação das Dívidas dos Países da Periferia do Euro e para o Fim do Tratado Orçamental. Além de propôr uma cooperação entre Estados europeus em novas bases, um governo de esquerda assume o confronto com as atuais instituições europeias e prepara todas as consequências possíveis. O presente quadro só pode transformar-se pela mobilização popular, conduza à desobediência de um ou mais países - Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda. Neste âmbito a convocação de um referendo sobre o Tratado Orçamental é um passo essencial, permitindo, desta forma, que os cidadãos se pronunciem nas urnas sobre a camisa de forças austeritária imposta ao país com o apoio dos partidos do bloco central.

O Bloco não desiste da disputa da relação de forças à escala nacional e europeia. A escolha da esquerda é o desenvolvimento económico e social do país em bases ecossustentáveis com políticas de emprego, redistribuição da riqueza, recusando a chantagem da dívida e a imposição de sacrifícios em nome do euro.

O Bloco irá persistir em derrotar o Tratado Transatlântico (TTIP) que pretende nivelar direitos por baixo, liberalizar os alimentos transgénicos, privatizar o que resta do Estado Social, colocar a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica, abrirá portas para uma ainda maior flexibilização dos direitos laborais, aumentando a precariedade e facilitando ainda mais os despedimentos.

1.2. PÔR FIM À AUSTERIDADE: LIBERTAR RECURSOS PARA DISTRIBUIR A RIQUEZA

A proposta do Bloco consiste numa resposta forte, eficaz e socialmente justa, à compressão da procura interna. Ao contrário do Partido Socialista, que pretende financiar a procura a partir da redução forçada do valor das pensões futuras, o Bloco propõe uma redistribuição dos rendimentos em que se destaca o acesso ao subsídio social de desemprego a todas as

peças em situação de desemprego e em situação de carência económica. Esta opção pelo combate à exclusão dos desempregados responde à emergência social, combate a pobreza e traduz-se num impacto imediato em termos de procura, porque os desempregados em situação de carência canalizam este rendimento para o consumo imediato.

Assim, o Bloco de Esquerda apresenta duas ferramentas essenciais para libertar os recursos necessários a uma nova distribuição da riqueza.

Primeira ferramenta: reestruturação da dívida.

- Abatimento de 60%, com juro de 1,5% e pagamento entre 2022 e 2030, incluindo credores públicos e privados, salvaguardando certificados do tesouro e de aforro, bem como o fundo da Segurança Social.
- Após um período de carência de três anos, indexação do pagamento de juros à taxa anual de crescimento do PIB.
- Devolução pelo Banco Central Europeu dos lucros que obteve com títulos da dívida portuguesa.
- Auditoria à dívida, para que sejam conhecidas e transparentes, para todos os cidadãos e cidadãs, as suas origens e natureza e para determinar a parte que seja ilegítima.

Segunda ferramenta: revolução fiscal para acabar com a punição do trabalho.

- Imposto sobre grandes fortunas.
- Taxa agravada para bens de luxo.
- Taxa sobre transações bolsistas e dividendos aos acionistas.
- Fim das “borlas fiscais” aos grandes grupos económicos no IRC.
- Diminuição do IVA da restauração para 13% e da eletricidade e gás para os 6%.
- Eliminação da sobretaxa do IRS e reposição dos oito escalões existentes antes da troika.
- No IMI, proteção das primeiras habitações e fim da isenção dos fundos imobiliários, Igreja, partidos políticos e colégios privados.
- Limites às deduções fiscais: mil euros nos rendimentos anuais até 20 mil; 500 euros nos rendimentos entre 20 mil e 40 mil; fim das deduções nos rendimentos acima de 40 mil euros.

A ativação destas duas ferramentas de política económica inicia a inversão do atual processo de concentração de riqueza, nomeadamente aliviando a carga fiscal sobre o trabalho e penalizando o capital e as grandes fortunas. A margem de manobra orçamental conquistada

através da renegociação da dívida também permitirá reverter a “desvalorização interna” imposta pelo memorando.

Devolver os rendimentos cortados no ciclo da austeridade.

- Devolução dos salários cortados aos trabalhadores da função pública;
- Acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e em situação de carência económica;;
- Reposição do abono de família e respetivas bonificações, cortados em 2010;
- Reposição dos níveis de cobertura do Rendimento Social de Inserção anteriores a 2010;
- Reposição dos níveis de cobertura do Complemento Solidário para Idosos anteriores a 2010.
- Reescalamento do IVA, com a redução à taxa mínima dos bens de primeira necessidade.

O leque de medidas propostas nas áreas fiscal e de rendimentos representam um acréscimo de cerca de 6 mil milhões de euros no rendimento disponível das famílias e uma margem de 3 mil milhões para o investimento produtivo e o resgate dos serviços públicos. Do ponto de vista orçamental, o conjunto destas medidas, conjugadas com o efeito da reestruturação da dívida, somam um total de 5,5 mil milhões de nova despesa ou receita perdida e um total de 6 mil milhões de nova receita ou despesa não realizada.

1.3. CONTROLO PÚBLICO, NACIONALIZAÇÃO E REDIRECCIONAMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO

A existência de um serviço público financeiro - um sistema bancário detido pelo Estado e submetido a critérios e objetivos determinados pelo mandato político e não pelo estrito interesse de acionistas privados - é essencial à democracia.

Os desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa, marcados pelos défices da balança corrente e pelo elevado endividamento externo, revelaram uma integração europeia estruturalmente desequilibrada. Uma das consequências desse processo foi a inundação do mercado bancário português por fluxos de capital estrangeiro que, sem uma orientação pública clara, privilegiaram a especulação (construção, imobiliário) e o rentismo (monopólios privatizados, grande distribuição) em detrimento de setores produtivos estratégicos para a autonomia do país.

A dependência da banca nacional face ao exterior resultou num bloqueio do crédito à economia em plena recessão. E se, hoje, a falta de liquidez foi suprida pela ação do BCE, mantém-

se o problema essencial da degradação da carteira de crédito, fruto das falências empresariais e pessoais causadas pela austeridade... e pela falta de acesso a financiamento. A crise revelou um sistema financeiro frágil, descapitalizado e opaco. Sociedades *offshore*, bancos fictícios, investimentos de risco, corrupção e crime fazem parte do funcionamento do sistema financeiro português.

A debilidade da banca portuguesa tem resultado ainda no seu controlo por interesses financeiros estrangeiros, tanto mais grave quanto cresce a pressão para a concentração do mercado. Ora, a importância sistémica do setor bancário prova a necessidade do seu controlo democrático. Para além de ser condição para a transparência e o escrutínio, a propriedade estatal é indispensável à garantia de orientação para o interesse público e não pelos critérios particulares e de mera maximização da remuneração dos seus donos.

“Uma das medidas para alteração da estrutura da propriedade bancária deveria ser a conversão em propriedade estatal dos benefícios ou créditos fiscais contabilizáveis como fundos próprios dos bancos, **um primeiro passo para a nacionalização dos mesmos**”. Mas uma política de controlo público da propriedade bancária deve terminar o ciclo insustentável de recapitalização dos bancos pelo Orçamento de Estado. Assim, o controlo público deve envolver uma reestruturação dos passivos bancários, hoje equivalentes a 311% do PIB, negociada com todos os credores da banca, por ordem de importância, e que proteja os depositantes.

1.3.1. COMBATE À FRAUDE, À EVASÃO, AO ABUSO E AO CONTÁGIO

Na sequência de experiências graves e à luz do que foi desvendado no recente caso BES, o Bloco propõe um conjunto de mudanças no funcionamento do sistema bancário privado. Mesmo sem controlo público da banca, estas propostas imediatas enfrentam abusos grosseiros, como os cometidos pelos banqueiros portugueses na última década.

- Obrigatoriedade de publicação pelas instituições financeiras e grandes empresas de toda a estrutura corporativa, incluindo subsidiárias, filiais, entidades *offshore*, veículos e estruturas legais similares.
- Criação de um registo público dos beneficiários últimos de todos os veículos, sociedades, trusts e estruturas legais equivalentes a operar em território nacional.
- Proibição da realização de transações financeiras com entidades cujo beneficiário último seja desconhecido ou localizadas em jurisdições *offshore* não cooperantes.
- Proibição de contratação pública com empresas que tenham ligações ou integrem na sua estrutura corporativa empresas sediadas *offshore* ou com esquemas de planeamento fiscal agressivo.
- Proibição da comercialização aos balcões das instituições financeiras de produtos que

não estejam sob garantia do fundo de depósitos, limitando-a a estabelecimentos específicos, devidamente identificados.

- Proibição de participações cruzadas entre empresas não financeiras e instituições financeiras.
- Separação entre a banca comercial e a banca de investimento (que, fazendo parte de um grupo financeiro não se dedica à atividade comercial básica). A medida visa proteger a parte que desempenha uma função pública.

1.3.2. TAXA DE 0,5% SOBRE OS ATIVOS NÃO-PRODUTIVOS DA BANCA E DAS EMPRESAS

É uma taxa sobre a crescente financeirização da economia e pretende cumprir três objetivos: aumentar a contribuição dos bancos e grandes empresas para o orçamento do Estado; combater os esquemas legais de fuga ao fisco através do “planeamento fiscal”; desincentivar os investimentos financeiros das empresas, que prejudicam o re-investimento produtivo.

1.3.3. MÍNIMOS DE CRÉDITO AOS SETORES ESTRUTURANTES

- Imposição de mínimos obrigatórios à carteira de créditos dos bancos destinados ao financiamento, a juros comportáveis, de setores estruturantes: agricultura, produção animal, floresta e pesca; indústrias transformadoras; comércio grosso e retalho; transportes e armazenagem, alojamento, restauração e similares. As taxas de juro destes créditos devem ser limitadas à média da zona euro.
- Integração da Instituição Financeira de Desenvolvimento na CGD.

1.3.4. RESPOSTA À INSOLVÊNCIA DAS FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

As famílias sobre-endividadas que recorrem a algum tipo de apoio apresentam, em média, uma taxa de esforço de 73% e um número elevado de créditos (em 2014, a média era de quatro créditos). O Bloco de Esquerda propõe que sempre que a taxa de esforço das famílias seja superior a 50%, se abra de imediato um processo extraordinário de combate ao sobre-endividamento. Este processo aplica-se a famílias em situação de desemprego ou comprovada carência económica e resulta em consolidação dos créditos e num plano de reestruturação, com um período de carência entre um e dois anos. As instituições de crédito são obrigadas a negociar novas condições, com redução de juros (taxa de referência e *spread*) e extensão da maturidade do crédito. Se a taxa de esforço da família continuar, ainda assim, a ser superior a 50%, será considerado o perdão parcial da dívida, a solicitar no caso de o capital amortizado ou as prestações cumpridas terem ultrapassado os 75% do total.

2. Trabalho.

Criar emprego e reconquistar direitos

A coligação PSD/CDS realizou uma contra-revolução laboral, aprovando um vasto leque de medidas para o empobrecimento material dos trabalhadores e a sua desconsideração pessoal.

Este processo vem na sequência da degradação das condições de trabalho e da erosão dos princípios básicos da relação entre trabalhadores e patrões e conheceu a sua mais significativa expressão no Código do Trabalho aprovado sob o governo Durão Barroso e que o Código do governo Sócrates prosseguiu.

Apesar da invocação da crise como justificação, as medidas em causa não são de mera emergência ou de conjuntura. A crise foi pretexto para decisões devastadoras, muitas delas, aliás, já constantes do programa eleitoral dos partidos da coligação. O governo concretizou o que os mais credenciados representantes da troika vinham proclamando: «custe o que custar», empobrecer a maioria dos portugueses; em especial, os que vivem do seu trabalho.

A coligação não hesitou sequer em recorrer à propaganda de fragmentação social, promovendo a hostilidade entre camadas da população. Ninguém esquece as campanhas de opinião virando os desempregados contra os que têm emprego, os precários contra os permanentes, os trabalhadores do privado contra os do Estado, ou os novos contra os idosos.

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores resultou também de medidas fiscais, como o brutal aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e do IVA, e de cortes na proteção social, em particular nos dispositivos associados ao trabalho, como o subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

A negociação coletiva foi outra das áreas gravemente atingidas pelo governo de coligação, com efeitos desastrosos sobre salários e condições de trabalho. O direito de contratação coletiva esteve praticamente congelado e continua em estado comatoso. Este direito fundamental dos trabalhadores já tinha sido subvertido pelo fim da proteção legal mínima e pela introdução do expediente legal da caducidade das convenções coletivas e das adesões individuais – regras dos Códigos de Trabalho da direita e do PS. A situação agravou-se com a lei 23/2012, e com a inconstitucional e ilegal Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012 sobre portarias de extensão que abre as portas a todas as arbitrariedades do senhor ministro

Para a grande maioria dos portugueses, estas políticas são existencial e socialmente devastadoras: empobrecimento generalizado, em especial dos trabalhadores e reformados de mais baixos rendimentos, elevados níveis de pobreza, altas taxas de desemprego, aumento das taxas de desempregados de longa e de muito longa duração, de desempregados jovens, muitos deles altamente qualificados, de mulheres e de pessoas com deficiência, aumento dos empregos precários (trabalhadores a prazo ou a tempo parcial não desejado, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores de empresas de trabalho temporário ou de falsas empresas prestadoras de serviços, etc.), aumento do tempo de trabalho sem aumento da retribuição, variação ou ausência de horários (trabalhadores à chamada), com graves implicações na vida extraprofissional, em particular na vida familiar.

A política de austeridade não teve efeitos apenas materiais na vida dos trabalhadores; teve efeitos igualmente graves de índole psicológica ou moral. É também pelos seus efeitos sobre a saúde mental e o bem-estar psicológico, resultado de experiências opressivas e humilhantes, que esta política é chamada “austericida”.

Na Administração Pública, para além do despedimento de muitos trabalhadores, dos cortes nos vencimentos, do confisco dos subsídios de férias e de natal, do congelamento das progressões, do alargamento das suas obrigações e consequente intensificação do ritmo de trabalho, foi imposto um brutal aumento do tempo de trabalho semanal de 35 para 40 horas sem qualquer compensação salarial.

A insistência no recurso a velhos mecanismos, por vezes com novas designações (estágios, contratos de emprego inserção, bolsas para investigadores) tem servido para aumentar as formas de precarização e para manipular as estatísticas do desemprego.

O tratamento dado a muitos dos nossos investigadores é um atentado contra o futuro do país. O desinvestimento nesta área estratégica representou, nos últimos anos, o desemprego e a emigração de milhares de investigadores. Em apenas quatro anos, o número de bolseiros em doutoramento foi reduzido a quase metade; na última década, as bolsas perderam mais de 20% do seu poder de compra.

As pessoas com deficiência continuam abandonadas a si mesmas, às suas famílias e a associações de solidariedade social. A Administração Pública não cumpre nem faz cumprir as leis de proteção especial desta camada social. O mesmo se aplica aos sinistrados do trabalho e aos trabalhadores atingidos por doenças profissionais.

O fim de muitas obrigações administrativas dos empregadores, a falta de inspetores e de meios para a sua ação ou as dificuldades colocadas no acesso à justiça, tornam ainda mais ineficazes as leis do trabalho, aumentando os casos da sua violação e estimulando o seu incumprimento por parte dos empregadores.

CAMINHOS

A urgência é a criação de emprego, a reposição integral dos salários cortados e o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros. O Bloco propõe ainda, como já referido atrás, a reposição dos apoios sociais cortados (abono de família, RSI, CSI) e o alargamento da cobertura do subsídio social de desemprego a todos os desempregados em situação de carência económica.

Além destas medidas imediatas, o Bloco de Esquerda propõe também uma reforma das leis do trabalho, incluindo o do Código do Trabalho, e de proteção social dos trabalhadores, que, no quadro constitucional, intervenha sobre as relações laborais, promova o emprego e devolva a quem trabalha a consideração devida. Essa reforma da lei laboral incluirá:

- **Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais** nos setores público e privado, conjugando redução do tempo individual de trabalho, criação de emprego e redistribuição da riqueza, com aumento de produtividade e rentabilização do tempo de funcionamento das unidades de produção de bens e serviços.
 - Reposição dos dias feriados. Revisão do regime do trabalho suplementar e do trabalho, dito normal, em dia feriado;
- **Reposição do princípio do “tratamento mais favorável” dos trabalhadores**, previsto no quadro constitucional para as relações de trabalho mas prejudicado pelas alterações legais dos últimos anos.
- **Combate à precariedade**, designadamente aos falsos “recibos verdes” e falsos *outsourcings*.
- **Proibição das empresas de trabalho temporário, um setor especializado** na sobre exploração de trabalhadores a coberto de falsos fornecimentos de serviços. Reversão dos centros de emprego em verdadeiros serviços públicos de orientação profissional e disponibilização de propostas de emprego adequadas.
- **Vinculação dos trabalhadores precários no Estado** e nas empresas públicas e instituições financiadas pelo Estado, incluindo estagiários e contratos emprego-inserção.
- Reforço da proteção social do trabalhador independente (que obtém os seus principais rendimentos do trabalho com autonomia). A contribuição para a Segurança Social deve corresponder aos rendimentos de cada mês; deve haver acesso ao subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e restantes mecanismos de proteção social.
- **Limitação da participação pública de estágios**. No final de cada programa de estágios participados, só poderão voltar a concorrer a novo programa as empresas que tenham integrado nos seus quadros pelo menos metade dos estagiários recebidos no programa anterior.
- **Limitação das possibilidades legais de recurso à contratação temporária** em empresas com muito variável intensidade de produção, de modo a harmonizar os direitos dos tra-

balhadores com as necessidades reais das unidades de produção.

- **Limitação aos contratos a prazo.** Duração máxima de um ano e proibição de contratação a prazo após extinção de postos de trabalho ou despedimento coletivo pelo período de doze meses.
 - **Eliminação de todas as normas legais que permitem a inclusão de cláusulas contratuais humilhantes, designadamente cláusulas de maior mobilidade geográfica e funcional.**
- **Igualdade real entre trabalhadoras e trabalhadores,** nos salários e na carreira.
- **Medidas de apoio à parentalidade dos trabalhadores e trabalhadoras.** Aumento da licença parental exclusiva e obrigatória de 10 para 20 dias, no caso do pai. O pai terá direito a 15 dias suplementares, a serem gozados em simultâneo com a licença da mãe; equiparação de pai e mãe na dispensa para consulta pré-natal; aumento do subsídio parental inicial de 83% para 90%, se os 180 dias forem partilhados entre progenitores; aumento do valor do subsídio por risco específico e para assistência a filho, de 65% para 100%. Redução de duas horas no horário de trabalho até aos três anos da criança, a ser gozada pela mãe que amamenta ou a ser partilhada entre progenitores quando a criança não está a ser amamentada;
 - Disponibilização de equipamentos sociais públicos de apoio a idosos, pessoas doentes e crianças que libertem as cuidadoras e os cuidadores involuntários para a qualificação e o emprego.
 - **Novo regime para o trabalho por turnos,** reforçando os seus direitos dos trabalhadores e limitando o uso deste modo de organização do trabalho;
 - **Combate ao despedimento arbitrário,** ajustando o regime de extinção do posto de trabalho, em especial no despedimento por motivos alheios ao trabalhador. Reposição do conceito de justa causa no despedimento e dos níveis das indemnizações por despedimento anteriormente à lei 23/2012.
 - **Recusa da deslocalização de empresas com resultados positivos,** por força das regras legais da contratualização dos benefícios e apoios recebidos.
 - **Combate às insolvências fraudulentas,** com fiscalização das contas e bens patrimoniais das empresas, seus administradores e gestores. Impedimento legal da remissão dos trabalhadores para última prioridade enquanto credores.
 - **Proibição dos despedimentos coletivos em empresas com resultados positivos.**
 - Proibição da distribuição de dividendos durante três anos nas empresas que fizeram despedimentos.
- Combate às remunerações globais abusivas, de administradores, gestores e outros de alta direção, através da introdução de limitações à desigualdade de retribuição nas

empresas.

- **Promoção da liberdade sindical**, através, designadamente, da revogação das normas sobre adesão individual a convenções coletivas.
 - **Recuperação da negociação coletiva**, revogando as normas sobre a caducidade, alterando as normas relativas à sobrevivência das convenções coletivas de trabalho e estabelecendo vias legais de desbloqueio à negociação coletiva e à fluente publicação das portarias de extensão de convenções. Revogação da inconstitucional e ilegal Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012 sobre extensão de convenções coletivas de trabalho.
 - Reforço das condições de efetividade das leis do trabalho através, designadamente, do reforço dos meios de ação da Autoridade para as Condições de Trabalho, do ajustamento do respetivo dos seus meios de ação e do seu quadro legal e da pela reposição das normas revogadas respeitantes a determinadas obrigações dos empregadores. e pelo alargamento das suas competências.
- Criar condições para maior eficácia da nova lei de combate aos falsos recibos verdes (Lei nº 63/2013). Esta lei produziu resultados inéditos no combate a este flagelo: 900 casos identificados, 400 enviados para o Ministério Público. É necessário garantir uma rápida concretização do reconhecimento do contrato laboral destes trabalhadores, incluindo o pagamento total das contribuições para a Segurança Social que o empregador não realizou.
- Melhoria das condições de acesso à justiça do trabalho, nomeadamente quanto às custas e proximidade.
- Fim da obrigatoriedade de apresentação quinzenal de pessoas desempregadas e das chamadas “medidas de procura ativa de emprego”.
- Contratos de Emprego Inserção (CEI), CEI+ e CEI **Património**: a integração em medidas ditas de trabalho socialmente útil é voluntária e não tem implicações na continuidade do benefício de prestações sociais, caso exista. Termina a utilização destes trabalhadores desempregados no suprimento de tarefas correspondentes a postos de trabalho.
- **Os apoios pagos pela frequência de cursos de educação e formação de adultos devem ser equiparadas ao salário mínimo nacional**
- **Enquadramento legal do trabalho sexual**. Enquadramento legal do trabalho sexual, reconhecendo direitos em termos de proteção social e mecanismos de proteção contra a violência.
- **Regulamentação das quotas de emprego para as pessoas com deficiência nas empresas privadas, previstas há 11 anos na Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto.**

3. Estado Social.

Fator de coesão social

3.1. DESENVOLVER E MODERNIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

A austeridade castigou duplamente os portugueses: reduziu rendimentos e cortou nos serviços públicos e na proteção social que são fundamentais para assegurar o mínimo de dignidade e condições de vida para as famílias mais desfavorecidas. Nunca houve, em Portugal, tanto desemprego. A pobreza bate recordes e atinge com particular dureza crianças e idosos. E, apesar disso, nunca foram tantos os desempregados e os pobres a quem o governo retirou todo e qualquer apoio social. Hoje, mais de 700 mil desempregados e desempregadas perderam todos os apoios públicos. Nunca como nestes quatros anos as desigualdades sociais se acentuaram tanto. O desmantelamento do Estado Social é a outra face da moeda da austeridade.

A direita abomina o Estado Social e maltrata os serviços públicos porque é contra a universalidade dos direitos sociais. Para a direita, a justiça, a saúde, a educação, a cultura, a ciência, os apoios sociais e as pensões de reforma não são um direito a que todos devem poder aceder, pago pelos impostos de todos. A direita tem uma visão mercantil e assistencialista que questiona e elimina esses direitos. Mercantil porque os quer entregar à exploração dos privados e porque impõe o seu pagamento – “quem quer saúde, pague-a” é um velho lema da direita. E, assistencialista porque quer o Estado Social reduzido a serviços mínimos e de má qualidade, destinados aos cidadãos socialmente excluídos e marginalizados, aos mais pobres entre os pobres.

Ao longo destes últimos quatro anos, o governo de Passos Coelho e Paulo Portas conduziu uma política de estrangulamento dos serviços públicos seja pela diminuição drástica dos respetivos orçamentos, seja pela redução continuada dos seus profissionais e encerramento de muitos serviços quer nos grandes centros urbanos quer no interior do país. Sem dinheiro e sem investimento, sem admissões de novos funcionários – nem sequer para substituir reformados e despedidos – os serviços públicos são hoje uma caricatura do que foram e deixaram de responder às necessidades dos portugueses.

A direita promove a degradação dos serviços públicos e manipula o descontentamento popular que isso provoca, invocando a “má gestão pública” para criar um ambiente social favo-

rável à privatização. A direita quer entregar aos privados a gestão e exploração das funções sociais do Estado. Estas são, para a direita, um negócio de grandes dimensões e de lucros garantidos prestação privada mas financiamento público. Decisões deste governo, como os hospitais PPP e o cheque ensino, são primeiros passos nesse sentido.

A direita argumenta pela privatização dos serviços públicos alegando que o Estado não consegue financiar o Estado Social. Mas PSD e CDS pagaram em quatro anos mais de 30 mil milhões de juros aos credores nacionais e internacionais em nome da liquidação da dívida pública (que não parou de crescer) e da redução do défice (que continua por controlar). Em 2014 a despesa com juros, 8,6 mil milhões de euros, foi muito superior à despesa com a educação (6,4 mil milhões) e suplantou até a despesa com o SNS (8,3 mil milhões). Entre continuar a alimentar os lucros dos credores e proteger as pessoas no desemprego, na pobreza e na doença, o Bloco de Esquerda não hesita: escolhe as pessoas e o direito a uma vida digna, escolhemos um Estado Social competente, moderno, humanizado e ao serviço de todos. É por isso que o Bloco de Esquerda se opõe à mercantilização dos serviços públicos, em qualquer formato e extensão.

CAMINHOS

No centro da nossa proposta está a requalificação das funções sociais do Estado nas suas diversas áreas de intervenção. Esse objetivo exige condições de funcionamento dos diversos serviços públicos, desde logo garantindo a quem trabalha no Estado as condições para responder às tarefas exigentes que um programa de desenvolvimento, modernização e qualificação do Estado Social exige. São compromissos do Bloco de Esquerda:

- Reforço do orçamento e investimento nos serviços públicos em função das necessidades reais.
- Reposição integral dos salários cortados e descongelamento de carreiras.
- Valorização do trabalho e do estatuto dos profissionais dos serviços públicos.
- Integração nos quadros de todos trabalhadores precários que cumprem funções em postos de trabalho permanentes.
- Apoio à comunidade emigrante: revitalização e alargamento da rede de embaixadas, de consulados e do Instituto Camões como centros de apoio à imensa comunidade de portugueses emigrados.

3.2. EDUCAÇÃO PARA COMBATER O DÉFICE DO ATRASO

Nuno Crato não implodiu o ministério da Educação, como dizia ser sua vontade, mas per-

seguir qualquer vestígio de inclusão, igualdade ou qualidade nas escolas do país. Nenhum ministro desenvolveu uma política tão facilitista como a aplicada por Nuno Crato.

Assistimos a quatro anos de verdadeira regressão educativa e social, a caminho de uma escola “do antigamente”. A proliferação de exames, o ensino dual para quem reprova, uma arcaica contrarrevolução curricular (não testada e sem formação de professores) deixam uma escola mais pequena e desistente. E sempre o mesmo fio condutor: a seleção social.

No universo de Crato e da direita, o aumento da retenção de alunos é um sinal de exigência. Não é. É de desistência. Cada criança que fica para trás é uma criança deixada à sua sorte e que conta com a desistência da escola. Portugal é o terceiro país europeu onde as crianças mais “chumbam”: até aos 15 anos, um terço dos alunos já perdeu um ano. A média da OCDE é de apenas 15%. Pior: em cada dez alunos, um fica retido logo no segundo ano. Tanto a OCDE como o Conselho Nacional de Educação alertam para a ineficácia da retenção de alunos e para o seu absurdo custo financeiro. Salvaguardando-se exceções individuais, mais relacionadas com a turbulência emocional conjuntural do que com reais dificuldades de aprendizagem, a retenção é um erro e um sintoma da incapacidade da escola para que os estudantes nela se possam realizar sem perda de exigência.

Não há nada menos exigente do que chumbar toda a gente. A começar pelos mais pequenos. Os exames do quarto ano são o ponto alto do experimentalismo social que tomou conta das escolas. Em toda a Europa, só na Áustria existem provas deste género para avaliar crianças de 9 ou 10 anos.

O défice de qualificações continua a ser uma das causas do atraso português. Entre os 25 e os 34 anos, 58% dos adultos portugueses tinham pelo menos o 12º ano, a média da OCDE é de 82%. Há um outro atraso mais profundo: do ensino básico ao superior, Portugal é dos países europeus que mais reproduz no acesso e no sucesso escolar as desigualdades sociais e culturais de partida.

Pela primeira vez em muitas décadas, Portugal está a gastar com a educação menos do que a média dos países europeus. A diminuição abrupta do número de professores, muito superior à diminuição de alunos, ou a redução das ofertas educativas pelas escolas são alguns dos sinais desse desinvestimento.

Importa reverter o experimentalismo social levado a cabo por Nuno Crato. Acabar com os exames do quarto e sexto anos; colocar ponto final na “cultura do chumbo”; terminar a seleção social através do ensino dual. Em contraponto, é preciso refundar a escola pública, rediscutir a sua vocação e função social. É essa a proposta do Bloco, defendendo uma escola de qualidade para a inclusão e como centro educativo aberto à comunidade.

CAMINHOS

1) UNIVERSALIDADE, OBRIGATORIEDADE E GRATUIDADE

- **Extensão da educação pré-escolar para dois anos.** A universalidade e gratuidade da educação para a infância deve ainda ser alargada às crianças com três anos, para todas as famílias que façam essa escolha.
- **Gratuidade da escolaridade obrigatória,** nas condições básicas de matrícula, alimentação, manuais e material escolar, como requisito da extensão para doze anos de escolaridade.
- **Criação de bolsas de empréstimos de manuais,** através de um programa faseado de aquisição e fornecimento gratuito de manuais escolares a todos os alunos da escolaridade obrigatória. Apoio às escolas que assumam no seu projeto educativo a não adopção de manual e que apostem na diversificação de materiais e na elaboração de materiais próprios.

2) UMA ESCOLA DE QUALIDADE E INCLUSIVA

- **A escola como centro educativo de vocação social abrangente.** O Bloco de Esquerda defende a organização da escola em torno de quatro vocações centrais: educar os jovens e as crianças; apoiar as famílias nas suas necessidades; valorizar a articulação com as dinâmicas comunitárias e de formação ao longo da vida; apoiar o processo de educação e formação de adultos.
- **Os horários e a oferta de apoios e atividades deverão dar respostas ajustadas,** nomeadamente aos horários de trabalho dos encarregados de educação pais e das mães. Isso implica reorganizar a escola no sentido de proporcionar uma escolarização de qualidade e criar no mesmo espaço escolar atividades de valorização de competências das crianças e dos jovens, bem como atividades lúdicas. A escola deve incluir novas valências e condições básicas de qualidade - nem uma escola sem cantina.
- **Limitação do número de alunos/as por turma.** As turmas sobrelotadas, que eram um problema circunscrito à periferia das grandes cidades, tornaram-se a regra. Uma turma mais pequena terá mais facilidade na gestão de crises e problemas. O Bloco de Esquerda defende turmas com um teto máximo de 20 alunos para o primeiro ciclo e pré-escolar e 22 para os demais.
- **Reforço de professores, técnicos especializados e funcionários,** com contratos estáveis; por uma avaliação credível, que se inicia pelas escolas em contexto, alia vertentes internas e externas, e assume a dimensão coletiva do trabalho docente; por um horário de trabalho que reconheça o aumento do tempo de qualidade para todo o trabalho docente vergonhosamente silenciado, e para dar resposta às exigências de mudança na escola pública.

- **Equipas multidisciplinares de combate ao abandono e insucesso escolar**, compostas por professores, psicólogos, técnicos de serviço social e mediadores culturais – capazes de promover o acompanhamento personalizado dos alunos sinalizados como estando em risco de abandono e/ou insucesso escolar. Estas equipas respondem ao contexto social de cada escola e trabalham com diferentes instituições da comunidade. Esta é a resposta de urgência que os níveis de abandono e insucesso escolar exigem da escola pública democrática.
- **Promoção da formação de adultos.** Estratégia integrada de educação e formação para a qualificação profissional e escolar de adultos.
- **Nova política para as pessoas com necessidades educativas especiais. Revisão do decreto-lei nº3/2008, no sentido de fazer prevalecer o critério pedagógico na avaliação das dificuldades de aprendizagem, e da portaria n.º 274-a/2012 que segrega os alunos com necessidades educativas especiais no âmbito do ensino secundário. Promoção de uma política que garanta o acesso e direito à educação a todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais, em igualdade de oportunidades.** O Bloco defende o incentivo à autonomia e integração das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais através de: turmas adequadas do ensino regular, unidades de referência nas escolas, que possam colmatar as diferentes áreas das necessidades educativas especiais, com os respetivos técnicos especializados para cada Unidade específica, para além do docente e do psicólogo; acessibilidades/equipamentos adaptados; estabilidade dos docentes de educação especial com especialização adequada na área de disfunção específica, garantindo o acompanhamento continuado; aprendizagens diferenciadas e adequadas caso a caso, eficazes na construção da autonomia e integração.

3) REFORMA CURRICULAR

O Bloco propõe uma reorganização curricular que ‘reduza a carga horária imposta aos alunos e a excessiva compartimentação dos saberes em disciplinas; ultrapassar a debilidade do ensino das artes; educação sexual efetiva nas escolas; promoção de projetos científicos; pôr cobro à dicotomia artilosa entre “saberes académicos” e “saberes práticos”.

- **Ensino da língua.** Formação específica de professores; oferta de ensino multilingue para o fim da discriminação das crianças e jovens filhos de imigrantes; combate à discriminação das crianças oriundas ou filhas de pais/mães de língua oficial portuguesa, que continuam a ser duramente penalizadas pelas variantes de língua. É prioridade da escola pública assegurar o ensino multilingue, que deve incluir LGP (Língua gestual portuguesa) e Braille.
- **Desporto e Arte.** Programa articulado de promoção da expressão físico-motora no primeiro ciclo do Ensino Básico, e um programa de Desporto Escolar nos ciclos seguin-

tes de ensino, de modo a criar igualdade de oportunidades de participação para todos. Universalização do ensino da música no primeiro ciclo do Ensino Básico. Programas de fruição artística e cultural, dentro e fora da escola, em todos os ciclos de ensino.

- Revogação dos programas de português e de matemática implementados por Nuno Crato e regresso aos programas anteriores.

4) GESTÃO PARTICIPADA, CONTRA O MODELO PERVERSO DA MUNICIPALIZAÇÃO

A transferência de competências para os municípios apenas deu os primeiros passos de uma estratégia que inclui a responsabilidade total ou parcial em matéria de gestão e contratação de pessoal. Já permite o controlo da escolha dos diretores de escola e encaminha-se para determinar as contratações nas escolas e nos agrupamentos. Este processo de municipalização carrega o risco de feudalização das instituições, política economicista na gestão das escolas.. O Bloco de Esquerda combaterá a territorialização político-partidária das escolas e as decorrentes tentações autoritárias, economicistas e privatistas e de subsequentes riscos de clientelismo nos processos coordenação de escolas e de recrutamento de pessoal docente e não docente

Para o Bloco, as comunidades escolares devem regressar à gestão democrática, rejeitando a institucionalização da figura do diretor onipotente. Por outro lado, é necessária uma maior responsabilização dos Conselhos Municipais de Educação, numa perspetiva de proximidade e exigência ao governo central e ao governo local. O Bloco de Esquerda combaterá a territorialização político-partidária das escolas e as decorrentes tentações autoritárias e privatistas. O reforço da autonomia e responsabilidade das instituições é a alternativa.

3.3. ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

A democracia no acesso ao conhecimento continua a ser um desafio central por resolver. A expansão do ensino superior e a diversificação das áreas científicas foram objetivos políticos importantes nas últimas três décadas. Mas na questão do financiamento das instituições, da democracia no acesso ao ensino superior e da sua gestão, na distribuição geográfica, na consolidação de massa crítica e na renovação de um corpo de docentes e investigadores com direitos e com estabilidade, há lacunas e há retrocessos muito preocupantes. Corrigi-los é essencial para o país.

O financiamento da educação está hoje, em termos de valores absolutos, ao nível de 2004. O investimento na educação continua em Portugal abaixo da média europeia e da OCDE. No ensino superior, o investimento médio por aluno é de menos 30%. As instituições têm sido subfinanciadas e estão na maioria dos casos privadas de financiamento plurianual. As

propinas, que foram sempre apresentadas como não se destinando a financiar despesas correntes, ganham peso no orçamento das instituições de Ensino Superior: rondam os 40%, em média, e nalgumas instituições ultrapassam os 50% do seu orçamento. A lógica de que as instituições devem “ir ao mercado” para se financiar, disputando entre si financiamento competitivo, tem contribuído para uma dualização crescente das instituições e para uma desresponsabilização pública pelo seu funcionamento.

O modelo de governo instituído pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) eliminou os espaços de exercício da democracia e da participação. Limitando a participação dos estudantes e não docentes, e inclusive dos docentes, o RJIES introduziu uma lógica mercantil no funcionamento do sistema, patente na entrada para os Conselhos Gerais dos representantes dos principais grupos económicos (enquanto representantes da “comunidade”). Além disso, o RJIES estabeleceu uma hierarquia inaceitável entre universidades do mesmo sistema, introduzindo incentivos financeiros em função das escolhas de modelo de gestão e condicionando, por essa via, a autonomia das instituições. O Bloco de Esquerda rejeita o modelo fundacional e defende a autonomia e democracia nas universidades.

Os estudantes portugueses contam-se entre os que mais pagam para estudar. Já em 2011, as famílias usavam 22% do seu rendimento para pagar os custos diretos de educação universitária. A maior parte do custo de um estudante do Ensino Superior é assim financiado pela família diretamente, ao contrário do que acontece por exemplo na Alemanha, em França, na Suécia ou na Letónia.

A instabilidade do corpo docente e dos investigadores tem sido crescente em Portugal.

Estranguladas financeiramente, com regras que limitam a abertura de novas vagas nos quadros, muitas instituições recorrem ao trabalho não pago, ao trabalho precário e aos contratos a tempo parcial para preencherem necessidades permanentes (42% dos docentes do ensino superior são precários). No campo da ciência, o regime das bolsas de investigação perpetuou um modelo de desenvolvimento científico assente na precariedade dos seus agentes, que não beneficiam de segurança nem de proteção social nem de oportunidades de carreira. O próprio valor das bolsas está congelado há mais de uma década.

A política científica foi das que mais sofreu com o governo da direita. O corte abrupto nas bolsas de investigação (as bolsas de doutoramento foram reduzidas a metade) e o processo de avaliação dos centros de investigação - atabalhado, opaco e profundamente contestado - traduziram-se numa rutura de linhas de investigação e no encerramento de instituições científicas insubstituíveis. A retórica da “excelência” foi pretexto para o recuo a visões unidimensionais da prática científica, para o corte no financiamento e para o desaparecimento competitivo de vastas áreas do conhecimento.

CAMINHOS

- **Financiamento adequado e plurianual das instituições de ensino superior,** contratu-

alizado para cobrir despesas de funcionamento e programas de investimento. O Bloco opõe-se à existência de propinas como método de financiamento do Ensino Superior.

- **Revisão do modelo de gestão das universidades e politécnicos**, recuperando a paridade entre estudantes e professores na composição dos órgãos, repondo a participação do pessoal não docente, pela sua integração obrigatória nos Conselhos Gerais, consagrando a existência de um Senado em cada instituição, garantindo que a eleição do reitor passe a ser feita por um colégio eleitoral alargado e representativo e instituindo a paridade de género nas listas para os órgãos de gestão.
- **Revisão do regulamento de bolsas, de modo a alargar o universo de beneficiários da ação social escolar direta**, reformulando-se a fórmula de cálculo e definindo um calendário certo e regular para a transferência das bolsas. Além disso, o Bloco propõe a isenção imediata de propinas para os estudantes bolseiros, para os desempregados e para os estudantes cujo rendimento seja inferior ao salário mínimo nacional, e o alargamento da rede de residências universitárias e o reconhecimento dos direitos dos estudantes-trabalhadores.
- **A estabilização e renovação do corpo docente do Ensino Superior**, aplicando-se a Diretiva 1999/70/CE, relativa à efetivação dos contratos de trabalho a termo, abrindo novos concursos que permitam renovar o corpo docente das instituições e evitar a emigração de muitos dos quadros mais qualificados, que não encontram oportunidade de carreira em Portugal.
- **O investimento em ciência e investigação deve atingir 3% do PIB**, tal como definido em compromissos europeus. O financiamento da ciência deve não apenas ser retomado, sob um processo de avaliação de unidades que seja transparente e claro nos critérios e nas regras, com painéis de avaliação sólidos, participação e autorregulação dos cientistas, considerando investigação fundamental e compromisso social.
- **Novo estatuto do investigador científico**, com contrato de trabalho e proteção social, em lugar de um sistema assente em bolsas de investigação para situações que extravasam a condição e os momentos de formação, e que atualize os atuais valores das bolsas, congelados há quase década e meia. O recrutamento de novos cientistas para o sistema de ensino superior e investigação, pela abertura de vagas na carreira de investigação e por contratos de Investigação para projetos de médio e longo termo, é condição imprescindível de um compromisso sério com a ciência.

3.4. ACESSO À ARTE E À CULTURA, PILAR DA DEMOCRACIA

O movimento de democratização cultural em Portugal teve momentos e práticas que transformaram o país, mas que nunca foram acompanhados na legislação nem no investimento

público. A prática e acesso culturais em Portugal têm por isso sido sempre frágeis, um quadro agravado pelas políticas de austeridade. Em Portugal, que já tinha das menores práticas culturais da Europa - 80% da população não participa em qualquer atividade e a televisão é o único meio de fruição cultural para metade da população -, a queda é ainda mais acentuada do que nos restantes Estados membros.

A crise chegou à Cultura muito antes da crise financeira. Na última década o investimento público central no setor caiu 75% e hoje o Orçamento do Estado não lhe reserva mais do que 0,1% do PIB. Esta quebra é acentuada pelo desinvestimento das autarquias que, endividadas e com recursos cada vez mais pequenos face às necessidades, não só baixaram os orçamentos para a Cultura como os condensaram em “grandes eventos” em prejuízo das práticas culturais de impacto no quotidiano.

Ao desinvestimento juntou-se um conjunto de alterações na tutela que enfraqueceram as instituições culturais em todos os setores. A inexistência de um Ministério da Cultura deixou de fora do Conselho de Ministros qualquer ponderação sobre o setor, ausência que se reflete em legislação tão diversa quanto a relativa às empresas municipais e fundações ou às cativações orçamentais e investimento de fundos comunitários. A ação do governo tornou em letra morta a Lei de Bases do Património Cultural e a Lei Quadro da Rede dos Museus Portugueses e criou novas dificuldades às instituições culturais públicas, com uma política de centralização e fusões que só trouxe novos problemas. Para a Cultura, sempre todos os cortes e todas as aberrações jurídicas.

Regista-se ainda uma viragem de prioridades para (algum) turismo e que exclui as populações locais. Está também ausente qualquer estratégia para as redes de equipamentos culturais espalhados pelo país, que vivem uma sangria de recursos técnicos e humanos tão acentuada que, nalguns casos, edifícios que seriam uma primeira linha do acesso são apenas espaços vazios.

O discurso ofensivo da direita, que trata publicamente os artistas como pedintes enquanto apela a uma “libertação” das artes do poder do Estado, reduziu a autonomia e heterogeneidade da criação artística. Simultaneamente, protegeu as grandes distribuidores e operadoras e fomentou a hegemonia da indústria cultural norte-americana. Os apoios à criação artística foram cortados e as suas regras alteradas, com prejuízo da diversidade da produção cultural e, em boa medida, da liberdade e autonomia artísticas. O cinema e audiovisual estiveram sem qualquer apoio por mais de um ano, boa parte dos concelhos do país ficou sem qualquer sala de cinema e a RTP foi degradada em nome de um processo de privatização entretanto travado. A implantação da TDT em Portugal foi um autêntico assalto ao país, em que a população foi chamada a pagar uma alteração tecnológica apenas para ganho das operadoras cabo.

Já em final de mandato, a maioria aprovou uma anacrónica alteração à taxa da cópia privada que, sobrecarregando uma população que já paga impostos excessivos e assentando num

mecanismo de distribuição de receitas que beneficia a indústria em detrimento dos artistas, mantém a criminalização da partilha.

À degradação do acesso à cultura, corresponde a degradação das condições do exercício das profissões do setor. O ensino artístico, nas suas várias modalidades e graus de especialização, foi alvo preferencial de Nuno Crato: alterações nas regras de acesso ao ensino superior, não colocação de professores, não pagamento dos contratos com as escolas privadas que integram a rede pública. Em todo o setor cultural se assiste a uma crescente precarização, recurso sistemático a falso trabalho voluntário e a contratos emprego inserção. Também as coletividades, associações, cineclubes, deparam-se com dificuldades acrescidas: menos apoio municipal, menos disponibilidade financeira das comunidades onde se inserem e custos crescentes na atividade.

CAMINHOS

- **Mínimo de decência no investimento na Cultura - 1% do PIB.** Recuperação de capacidade de decisão estratégica para a Cultura, com a existência de um Ministério da Cultura. Criar mecanismos de auscultação e pensamento estratégico (reformulação do Conselho Nacional de Cultura, reativação do Observatório das Atividades Culturais).
- **Reestruturar a tutela dos vários setores da cultura**, para garantir autonomia e descentralização. Acabar com fusões sem sentido, cumprir a Lei de Bases do Património Cultural, reativar a Lei Quadro dos Museus Portugueses, criação de Leis Quadro para a Rede de Bibliotecas e Rede de Teatros e Cine-Teatros.
- **Financiamento plurianual**, tanto para os equipamentos públicos (museus, teatros nacionais, biblioteca e arquivo nacionais) como para as entidades privadas que contratualizam serviço público com o Estado. Concursos, protocolos e financiamento em prazos compatíveis com a programação. Programas específicos de acesso aos fundos do quadro comunitário 2014-2020 para os setores nucleares da cultura.
- **Criação do estatuto do artista**, alteração à legislação laboral relativa aos trabalhadores do espetáculo e audiovisual, para maior proteção social e fim dos falsos contratos intermitentes, e reconversão profissional e regime de proteção na doença e acidentes para as profissões de desgaste rápido (bailarinos, entre outros). Regime especial de regularização de dívidas ao fisco e segurança social dos profissionais e entidades culturais afetadas pelos cortes orçamentais e atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado.
- **Novas obrigações para operadoras e distribuidoras cujo modelo de negócio assenta nos conteúdos culturais**, combate aos monopólios, fim da taxa da cópia privada, promoção da organização coletiva dos direitos dos autores, artistas e intérpretes, sem prejuízo da decisão individual sobre a disponibilização das suas obras.
- **Uma política fiscal que encara a cultura como bem essencial:** IVA a taxa reduzida para

conteúdos culturais em qualquer plataforma, para partituras e instrumentos musicais, espetáculos e obras de conservação e restauro.

- **Política de preços que garanta o direito de acesso aos equipamentos culturais:** dias de acesso gratuito, bilhetes de família a preços acessíveis, meios de informação e interpretação claros e completa acessibilidade física.
- **Promoção da presença das artes na vida pública, na Escola,** defesa do ensino artístico e reforço de políticas e práticas culturais de proximidade, fomentando contratos locais de parceria entre equipamentos culturais, sociais, escolas e outros.
- **Novo paradigma para a fruição e produção da cultura:** promover a presença de produção nacional na *web*, incluindo a disponibilização gratuita de todas as obras nacionais em domínio público, descriminalizar a partilha não comercial, um programa estratégico para arquivos, com metas de curto e longo prazo e definição de critérios de coleção, preservação, documentação, digitalização e acesso público.
 - **Televisão ao serviço da informação e da cultura, com reforço das obrigações de serviço público dos operadores privados de televisão, novo enquadramento da RTP como parceiro mediático da cultura em Portugal .**
 - **Reforço e democratização da oferta da TDT (devem existir canais de TDT abertos à participação da comunidade e incluir todos os canais do serviço público de televisão na TDT).**

3.4.1. DIREITOS DIGITAIS SÃO DIREITOS HUMANOS

Os direitos digitais são hoje uma parte indispensável dos direitos humanos. O acesso e partilha de informação é um imperativo das sociedades modernas e chave para o desenvolvimento económico. No entanto, permanecem grandes desigualdades no acesso, lógicas de apropriação privada do conhecimento e da informação e mecanismos de vigilância que violam a privacidade dos cidadãos. Os instrumentos de regulação pública e privada destes processos têm sido pouco claros, insuficientes e por vezes contraditórios, não só não protegendo o que é público como promovendo uma privatização encapotada do património cultural.

CAMINHOS

- Democratização completa do acesso ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, através de um serviço público de acesso à Internet gratuito ou de muito baixo custo, e da disponibilização de redes wifi de acesso livre.
- Neutralidade e liberdade de expressão na Internet. Nenhuma censura pode ser tolerada, nenhuma filtragem de conteúdos deve ser implementada em estabelecimentos públicos, sejam bibliotecas públicas, académicas, de investigação, arquivos sejam outros

postos públicos de acesso. Os filtros já instalados deverão ser removidos.

- Fim dos DRM (mecanismos anti-cópia) e a defesa do direito à cópia privada, o fim da criminalização da partilha de conteúdos para fins não comerciais.
- Promoção do uso de Repositórios Abertos para a produção científica e de aprendizagem.
- Produção científica financiada com dinheiros públicos deve ser aí depositada, como contrapartida obrigatória e como forma de divulgação.
- Generalização do software livre na administração pública

3.5. ULTRAPASSAR A CRISE DO SNS: DESENVOLVER, MODERNIZAR E HUMANIZAR OS SERVIÇOS

Os grupos económicos e a direita política olham para a saúde como o grande negócio do século. No seu horizonte está a entrega ao setor privado de uma fatia importante da prestação de cuidados de saúde que inclui também os cuidados tecnicamente mais diferenciados e de mais difícil acesso, limitando-se o Estado a pagar esses serviços aos privados. O plano é claro: transformar a oferta de cuidados numa super ADSE, em que a maior parte dos prestadores – centros de saúde, hospitais,... – são privados, deixando para o que restar do SNS o assistencialismo aos mais pobres, nas piores condições técnicas possíveis e com os profissionais menos diferenciados. A recente inclusão da ADSE no Ministério da Saúde é um passo nessa direção.

Este modelo de privatização do SNS seria duplamente financiado pelos cidadãos: através dos impostos, usados no pagamento aos privados; e através de pagamentos diretos na hora de recorrer aos serviços de saúde, certamente bem mais elevados que as atuais “taxas moderadoras”. Com a diminuição da comparticipação do Estado, a pretexto do “combate ao desperdício”, de uma “gestão mais rigorosa” ou das “regras comunitárias e das metas do tratado orçamental”, aumentaria ainda mais a parte paga pela população. A concretizar-se este sonho da direita, os privados apropriar-se-iam de mais de 8 mil milhões de euros do Estado, o valor médio transferido nos últimos anos do orçamento para o SNS. Sem dúvida, um grande negócio. E sem qualquer risco: o que o Estado não pagar, paga o doente.

O “SNS” de Paulo Macedo

Ao longo destes quatro anos ouvimos muitas vezes o ministro da Saúde vangloriar-se de ser o garante da “sustentabilidade do SNS”. Paulo Macedo não falava do atual SNS, nascido da democracia, universal, geral e inicialmente gratuito, inscrito na Constituição. Paulo

Macedo defende e trabalha para a sustentabilidade de um vastíssimo mercado privado na saúde construído sobre as cinzas do SNS. O fio condutor do seu mandato foi a transferência progressiva de instrumentos e recursos financeiros, humanos e de gestão para os privados. A direita conseguiu fragilizar a capacidade do SNS mas está longe de ter conseguido transformá-lo numa rede nacional de serviços privados de saúde sustentada por dinheiros do Estado e dos cidadãos. A oposição da população, a luta dos profissionais e a resiliência do próprio SNS travaram esse plano.

Mas este governo fica na história do SNS pelas piores razões. Vale a pena fazer um breve balanço do legado destes quatro anos:

- Promessa não cumprida de atribuir um médico de família a cada cidadão, continuando mais de um milhão e meio de pessoas sem médico de família.
- Introdução do racionamento de medicamentos mais caros, pressionando os prescritores, burocratizando e protelando a autorização necessária à sua dispensa.
- Instalação do caos nas urgências hospitalares, onde se chegou à situação dramática de se morrer sem ser atendido.
- Tentativa de encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, a maior e mais diferenciada maternidade do país.
- Entrega de hospitais públicos a grupos privados (hospitais PPP) e às Misericórdias, transformando o SNS numa manta de retalhos.
- Travagem na formação de mais Unidades de Saúde Familiar, interrompendo a reforma dos cuidados primários de saúde.
- Incapacidade para instalar uma rede nacional de cuidados oncológicos, apesar de, em 2013, 15,8% dos doentes oncológicos prioritários só terem sido operados depois do prazo máximo de resposta garantido.
- Fracasso da reforma da saúde mental, que fechou hospitais psiquiátricos em nome de uma política centrada na desinstitucionalização, com resultados longe do previsto.
- Desresponsabilização total do Estado pelos cuidados continuados, cuja rede está em exclusivo nas mãos dos privados, IPSS e Misericórdias.
- Instabilidade em importantes serviços do SNS, como o INEM, a Linha Saúde 24 e o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, entre outros.
- Subestimação dos picos de frio e das ondas de calor, não prevenindo os efeitos sobre os mais frágeis, do que resultou um número significativo de mortes evitáveis.
- A promoção da saúde e a prevenção da doença foram reduzidas à dimensão exclusiva de propaganda governamental, particularmente evidente na lei do tabaco e do álcool.

- Aumento brutal das “taxas moderadoras” no SNS que ficaram mais caras que o preço pago nos privados pelos beneficiários da ADSE ou de seguros (é o caso de consultas, exames ou urgências).
- Investimento zero, com resultados visíveis na suspensão da construção do novo hospital de Lisboa já prometido a uma PPP - e dos hospitais do Seixal e Algarve. Os sete hospitais construídos ou remodelados neste período foram todos lançados por governos anteriores.
- O orçamento do SNS recuou dez anos - em 2015 foi de 7,8 mil milhões, ao nível das dotações de 2005/2006. Entre 2010 e 2014, a despesa pública total com a saúde reduziu-se 5,5 mil milhões de euros.
 - A reorganização discricionária da rede hospitalar e o seu reagrupamento em centros hospitalares limitou e afastou ainda mais as populações do acesso à saúde e desintegrou localmente a prestação dos cuidados de saúde.

Os cortes orçamentais favoreceram os privados.

Entre 2010 e 2014, os pagamentos do Estado aos grupos privados aumentaram de 160 para 427 milhões. Mais de um terço da faturação dos grupos privados é assegurada por pagamentos da ADSE e convenções com o Estado. O Orçamento do Estado para 2015 destina 417 milhões para as PPP na Saúde e reserva 1200 milhões de euros para aquisição de serviços através de *outsourcing*.

Os grupos privados não se queixam deste governo. Em 2014, os lucros da Mello Saúde/hospitais CUF aumentaram 31,7% e os da Espírito Santo Saúde um pouco menos, 29%. As crescentes dificuldades de acesso aos serviços do SNS, o congestionamento das urgências e o elevado valor das taxas moderadoras promoveram a deslocação de doentes do SNS para os privados.

Ao longo destes quatro anos a transferência financeira do Estado para os privados não parou de crescer. Diminuiu a comparticipação do Estado nos medicamentos, de 9% entre 2010 e 2013. Os custos de Saúde suportados pelas famílias aumentaram para 37,4% (35% em 2008), valor muito superior à média dos países da OCDE.

O SNS está pior: menos acesso, prontidão e qualidade, mais instabilidade nos serviços, desmotivação e fuga de profissionais para os privados e o estrangeiro.

A falta de medicamentos ou de outros materiais de uso clínico, as longas horas de espera nas urgências hospitalares, as dificuldades em ter uma consulta a tempo e horas no centro de saúde ou no hospital, o aumento das listas de espera, equipas desfalcadas por falta de mé-

dicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais de saúde, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações, tudo isto passou a ser o dia-a-dia na maioria dos centros de saúde e hospitais do SNS.

A desmotivação tomou conta dos profissionais, desrespeitados nos seus direitos e carreiras, mal remunerados, sujeitos a enormes cargas de trabalho, prejudicados nos períodos de descanso impostos pela própria lei, limitados na sua realização profissional, sujeitos à incerteza da precariedade e, quantas vezes, usados pela equipa ministerial como bodes expiatórios e culpados das falhas e problemas provocados pelas decisões das administrações ou do próprio governo.

O governo tudo “explica” com a falta de profissionais. Sucedem que essa falta é resultado da política do governo, é uma opção política e não uma fatalidade para a qual não há solução.

Os cortes nos sucessivos orçamentos do SNS levaram ao corte no pessoal, prejudicando drasticamente o funcionamento dos serviços. Faltam funcionários administrativos e pessoal auxiliar porque foram despedidos ou se reformaram e não foram substituídos. Faltam milhares de enfermeiros no SNS e não faltam em Portugal enfermeiros no desemprego para serem contratados, mas que são empurrados para a emigração: nos últimos seis anos, 10 775 enfermeiros pediram à Ordem a documentação necessária para trabalhar no estrangeiro. E faltam médicos porque o governo cruzou os braços e promoveu a sua reforma antecipada. Um estudo recente revela que 65% dos novos médicos ponderam a emigração como sua opção de futuro.

No que diz respeito aos médicos, a política do governo não é inocente. Paulo Macedo cruzou os braços e permaneceu indiferente à medida que via os médicos a abandonar em massa o SNS: em 2010, reformaram-se 606 médicos; em 2011, foram 666; em 2012, mais 406; em 2013, outros 463 e, em 2014, 601 aposentados. Nos cinco primeiros meses de 2015, o número de médicos reformados é de 289. Mais de 3 000 médicos, a maior parte dos quais especialistas experimentados, graduados e seniores. Salvo raríssimas exceções (a emigração foi a escolha para um número mais pequeno de médicos, sobretudo jovens) - preenchem hoje os quadros dos grandes hospitais privados cuja crescente dimensão e sofisticação exige corpos clínicos numerosos e bem preparados. Sem essa sangria de médicos do SNS, os hospitais privados não conseguiriam funcionar.

Mas esta fuga de especialistas atinge o SNS de uma outra forma igualmente perigosa para o seu futuro. Sem especialistas não há formação de jovens especialistas. Hoje já muitos serviços do SNS perderam a capacidade formativa, ao mesmo tempo que serviços do privado começaram já a formar novas especialistas em diversas áreas. Trocar a formação no SNS pela formação no privado é, a prazo, fatal para a sobrevivência do SNS.

Com o objetivo não declarado de enfraquecer e dismantelar o SNS, o governo e Paulo Macedo recorreram a cinco estratégias articuladas: estrangulamento financeiro da despesa corrente e do investimento; redução dos quadros (reformas, despedimentos, cancelamen-

to admissões); degradação do acesso e qualidade dos cuidados; - SNS retalhado (gestão e prestação entregue a privados, IPSS, Misericórdias); prevenção secundarizada.

CAMINHOS

- **Auditorias ao funcionamento**, atividade e resultados de organismos centrais e regionais do Ministério da Saúde, para conhecer com a sua real situação.
- **Aumentar o financiamento** atribuído à despesa pública em saúde para 8,5% do PIB (hoje 5,9%, para uma média OCDE de 9,3%, 6,7% em 2012). Este reforço financeira a) o Fundo Especial para a Inovação Terapêutica, reduzindo nos orçamentos hospitalares o custo dos medicamentos inovadores; b) uma nova e efetiva política de promoção da saúde e prevenção da doença; c) o investimento prioritário nos novos hospitais de Lisboa, Seixal e Gaia, no alargamento da rede pública de cuidados continuados e na implementação da rede nacional oncológica.
- **Eliminar as “taxas moderadoras”** e introduzir uma taxa extraordinária de apoio à inovação cobrada anualmente sobre as vendas dos fabricantes.
- **Redesenhar a orgânica do Ministério**, criando a Secretaria de Estado para a Promoção da Saúde e Prevenção da Doença, para mobilizar e coordenar os instrumentos do Estado e da sociedade neste domínio.
- **Devolver ao domínio público a gestão dos hospitais em PPP** e os hospitais e outras unidades de saúde (centro de reabilitação física do Norte, por exemplo) entregues às Misericórdias.
- **Alargar a rede de urgências básicas**, instalando serviços deste tipo junto dos hospitais com urgências polivalentes e médico-cirúrgicas e, também, em situações de interioridade e isolamento dos grandes centros.
- **Adaptar horário e funcionamento dos centros de saúde** às necessidades locais, de forma a garantir o acesso no próprio dia aos cuidados de saúde.
- **Alargar as USF ao território nacional**, consagrando-as como modelo de funcionamento dos cuidados primários de saúde e eliminando as atuais assimetrias.
- **Prioridade à formação de equipas e unidades de cuidados continuados** (domiciliários) na dependência direta dos cuidados primários - Unidades de Cuidados Continuados (UCC) - e constituição das unidades em falta nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), nomeadamente as Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).
- **Autonomia de gestão efetiva aos Agrupamentos de Centros de Saúde** no contexto de contratualização com as estruturas regionais e no enquadramento do Plano Regional de Saúde.
- **Expandir a rede de internamento em cuidados continuados** a partir da responsabili-

dade direta das administrações regionais e dos centros hospitalares pela sua criação, gestão e funcionamento.

- **Avaliar o programa nacional de saúde mental** e definir novos objetivos, metas, calendários e meios para corrigir o que não está bem e fazer o que falta fazer.
- **Implementar um Plano Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva.**
- **Novo estatuto do profissional do SNS** centrado na revalorização salarial, no regime de exclusividade, na estabilidade profissional, no respeito pela carreira, na diferenciação técnica e na revisão das condições para a reforma antecipada e do regime de trabalho nas urgências.
- **Garantia de vagas no SNS para a realização do internato a todos os recém-formados em medicina** nas faculdades portuguesas e, também, a todos os estudantes portugueses que concluem o curso no estrangeiro. Esta medida, combinada com o compromisso contratual com todos os especialistas formados no SNS, pode contribuir muito para superar a atual carência de médicos.
- **Revisão dos quadros de pessoal** de todas as unidades do SNS.
- **Eleição das direções técnicas das unidades de saúde do SNS** pelos respetivos profissionais (direção clínica e de enfermagem) e escolha dos membros das administrações por concurso público.
- Retomar a exclusividade dos profissionais no SNS, esquecida pelos novos Acordos Coletivos de Trabalho e que há vários anos está vedada aos novos profissionais contratados. A exclusividade deverá ser promovida com base na valorização salarial, impedindo a fuga de profissionais para o privado e desencorajando a acumulação de funções.
- **Campanha institucional de defesa dos direitos dos utentes do SNS.**
- **Rejeitar a chamada municipalização**, falsa descentralização que delega competências através de contrato inter-administrativo, permitindo a transferência de serviços para os privados, nomeadamente para as IPSS e Misericórdias.
- **Nova política de redução de riscos e combate à toxicodependência.**
- No início da década de 2000, Portugal deu o exemplo com a descriminalização do consumo de drogas. Com essa política, o consumo de heroína diminuiu e reduziu-se drasticamente a infeção por utilização de drogas injetáveis (nomeadamente de VIH). A toxicodependência deixou de constar do topo das preocupações dos portugueses. Mas permanecem na lei inaceitáveis paradoxos proibicionistas.
- Reforço do financiamento do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, quer para prevenção, quer para a rede descentralizada de tratamento para toxicodependentes;
- Promoção de novos programas de redução de riscos e apoio mais consistente aos pro-

gramas já existentes em curso por ONG, nomeadamente através da instalação de salas de injeção assistida no Porto e em Lisboa, da promoção do *drug testing* em contextos festivos e recreativos e de programas de distribuição de seringas, incluindo nas prisões.

- Enquadramento legal dos clubes sociais de canábis, como acontece na Catalunha e no Uruguai, responsáveis pela produção e distribuição da canábis pelos seus associados e também pelo controlo da qualidade e pela promoção da informação.

3.6. DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

À degradação da situação social provocada pelo corte nos salários e nas pensões e pelo crescimento galopante do desemprego, o governo respondeu com o maior corte de sempre nos apoios e na proteção social.

Todos os apoios sociais foram duplamente cortados, no seu valor e no número de beneficiários (evolução do RSI, CSI, abono de família, subsídio de doença, ação social escolar e bolsas do ensino superior, apoios à infância...). São mais os desempregados sem qualquer apoio do que os que recebem subsídio. Num contexto de acelerada expansão da pobreza - hoje não basta ter trabalho para fugir à pobreza - as principais vítimas são os desempregados de longa duração, as crianças e os mais idosos (indicadores).

O corte nos passes sociais, o aumento do preço dos transportes, a interrupção do fornecimento de água e energia, a penhora de habitação própria, são outras expressões do terrorismo social imposto pelo governo.

Esta política de desproteção social ativa foi acompanhada pelo desmantelamento de serviços e o despedimento de técnicos e outros funcionários da Segurança Social. Nuns casos, isso foi a causa, noutros casos foi consequência da transferência de muitas funções e competências da Segurança Social para privados, IPSS, Misericórdias e outras instituições ligadas à Igreja. Para a direita, a caridade substitui o Estado nas políticas sociais.

Os reformados e pensionistas foram violentamente assaltados pelo governo. Pensões congeladas e reduzidas, a CES, o corte dos subsídios de férias e de Natal, a sobretaxa de IRS e, mais tarde, o agravamento do próprio IRS, reduziram drasticamente o seu poder de compra e qualidade de vida. Mesmo os beneficiários de pensões mínimas viram a inflação "comer" os pequeníssimos aumentos verificados.

CAMINHOS

Sustentabilidade e estabilidade do sistema de pensões

O Governo agita o medo da insustentabilidade do sistema de pensões para preparar novos cortes nas pensões e empurrar novas gerações para o negócio dos fundos de pensões privados.

Esta estratégia representa um duplo perigo para o país: descreibiliza a segurança social e fragiliza a sua sustentabilidade ao introduzir alterações de longo prazo para responder a problemas conjunturais.

Enquanto a direita pede consensos para cortar 600 milhões de euros nas pensões e baixar a TSU, o PS propõe-se aumentar a idade da reforma, tirar um mês de pensão aos reformados através do seu congelamento (exceto pensões mais baixas) e também baixar a TSU (4% trabalhador, 4% patrão) uma espécie de empréstimo forçado sobre as pensões futuras. Não é difícil ver o resultado combinado destas medidas: os trabalhadores ficarão pior, os pensionistas ficarão pior, os patrões ficarão melhor e a segurança social ficará em risco.

As propostas do Bloco têm como objetivo contribuir para a criação de emprego sustentável e não precário, proteger os mais pobres, repor os mínimos sociais, garantir o acesso à reforma sem penalizações com 65 anos de idade ou 40 anos de descontos.

Em 2010 o país tinha 5 milhões de trabalhadores a descontar para cerca de 2,6 milhões de pensionistas. Hoje são 4,5 milhões de trabalhadores a descontar para mais de 2,7 milhões de pensionistas.

Neste momento, o maior perigo para a segurança social é pois o desemprego. Nestes anos foram destruídos 100 mil postos de trabalho por ano. A primeira medida para a sustentabilidade da segurança social é a criação de emprego.

Aos altíssimos valores de desemprego, juntou-se nestes quatro anos um novo risco: a quebra salarial. As diversas medidas e de corte salarial e precarização do trabalho, criaram um país de baixos salários e, portanto, também de baixas contribuições para a segurança social.

A demografia é apenas uma entre outras determinantes da sustentabilidade da Segurança Social, ao lado da política de imigração que pode favorecer a entrada de trabalhadores estrangeiros, de uma política de pleno emprego que aumente a taxa de emprego e da elevação do nível de produtividade que depende do investimento e da inovação.

Políticas de promoção da natalidade são centrais, mas nenhuma será eficaz sem emprego e sem salário dignos. Precisamos também de contribuir a curto prazo para algum reequilíbrio do contrato intergeracional que é central no sistema de pensões para Portugal; é urgente criar emprego que permita estancar a sangria da emigração e também o regresso de emigrantes e a atração de imigrantes.

Cortar nas pensões em pagamento, fruto dos descontos de vidas de trabalho, não pode ser uma opção. Quebrar o contrato social em que se baseou a formação das pensões, para lá de agravar ainda mais as condições de vida dos pensionistas, mina a democracia.

Cortar nas pensões futuras é também atacar a segurança social, porque é também um modo de quebrar o contrato intergeracional. Se a geração que hoje contribui para a segurança social perde o direito a uma pensão digna, a contribuição perde legitimidade.

A evolução tecnológica e dos modos de produção e criação de valor, aconselha no entanto

alterações no modelo de financiamento para garantir a distribuição correta do esforço de financiamento da segurança social. Essas alterações não se prendem com os contratos social e intergeracional, que devem ser garantidos enquanto pilares da democracia. A responsabilidade é responder ao que efetivamente mudou.

Se hoje o capital intensivo produz mais valor do que a mão-de-obra intensiva, é necessário reequacionar o modo de contribuição das empresas, promovendo equilíbrio e garantindo estabilidade da receita.

A contribuição das empresas para a segurança social é feita através da Taxa Social Única que incide apenas sobre os salários. Um esforço concentrado apenas sobre salários, tendo em conta a evolução tecnológica a que assistimos, restringe a capacidade de financiamento da segurança social e isenta do esforço solidário boa parte da riqueza do país.

Não por acaso, as empresas portuguesas são das que menos participam no financiamento da segurança social. Em 2012, dados do Eurostat, as contribuições das empresas para a proteção social em Portugal representavam apenas 7,7% do PIB, quando em Espanha o valor ascendia a 11%, em França 14% e na Grécia 10%, sendo a média da UE 10,7%.

O Bloco de Esquerda propõe por isso a criação de uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da segurança social e de reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FESS).

Segundo o INE, o valor acrescentado das grandes empresas não financeiras e as sociedades financeiras representou nos últimos anos mais de 40 mil milhões de euros/ano. Assim, uma taxa de 0,75% sobre o valor acrescentado das grandes empresas representa, mesmo no atual contexto de crise, um acréscimo de receitas de cerca de 300 milhões de euros/ano para a Segurança Social.

Excluímos expressamente desta taxa as PME, uma vez que a fragilidade da economia portuguesa aconselha a que não se aumentem os custos para estas empresas. O que propomos é uma medida cirúrgica, - um pequeníssimo esforço das maiores empresas -, que permite diversificação e reforço das receitas da Segurança Social e evita impacto negativo sobre o emprego, os salários ou a economia. A regra hoje, no que toca à segurança social, deve ser a estabilidade das contribuições e do seu modelo de cálculo. Alterações sensíveis deste quadro só podem ser feitas em contexto de crescimento económico.

O Bloco defende a reativação do Conselho de Fiscalização da Segurança Social cujas competências deverão ser redefinidas na próxima revisão da Lei de Bases da Segurança Social de forma a garantir que os representantes dos Reformados e dos Trabalhadores sejam efetivamente ouvidos sempre que se preveja a utilização indevida dos fundos e verbas existentes.

Aumento imediato da Pensão Social de Invalidez e do Subsídio Mensal Vitalício e convergência destas prestações sociais com o ordenado mínimo.

Antecipação da idade de reforma dos trabalhadores com deficiência.

Criação do Observatório Permanente da Pobreza com as funções de estudo e acompanhamento aprofundado da pobreza e suas causas, bem como da avaliação do impacto na pobreza das propostas legislativas

3.6.1. LEI DAS RENDAS

A Constituição da República prevê o direito à habitação e que “um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”. A aplicação da Lei das Rendas tem causado imensas dificuldades aos inquilinos, em especial de menores rendimentos e mais idosos, e dificulta a vida do pequeno comércio.

Generalizou-se o aumento das rendas e vários os casos conhecidos de aumentos desmesurados. Este novo regime, ao liberalizar o mercado de arrendamento, área em que o poder das duas partes é bastante desproporcional, expôs inquilinos e pequenos comerciantes a graves abusos.

A lei liberalizou também os despejos. Milhares de famílias ficaram na iminência serem privadas de habitação. O Balcão Nacional de Arrendamento criado por esta Lei é um verdadeiro Balcão de Despejo.

O novo regime de arrendamento apoiado não serve as necessidades sociais, e deve sofrer profunda reformulação. Não só desprotege as camadas da população mais frágeis, como também as discrimina. O procedimento para o despejo de moradores de habitação com renda apoiada é uma ação administrativa.

Na nova lei da renda apoiada, o governo PSD/CDS-PP verteu a sua visão de preconceito para com estes bairros na nova lei. Os mecanismos de mobilidade - expulsão da sua casa de quem conseguiu, pelo seu esforço, alcançar melhores rendimentos - tornam estes bairros em bairros de alta rotação. Muitas destas famílias, a serem despejadas, continuarão a não dispor de capacidade financeira para o arrendamento de uma habitação no mercado. Coloca cidadãos e cidadãs desprotegidas na rua e fora das suas casas de toda a vida, dilacera os elos sociais e destrói a estrutura e vivência do bairro. Estes bairros não podem ser guetos nem destinarem-se a ser depósito de pobres. São bairros onde vivem cidadãos e cidadãs plenos de direitos.

CAMINHOS

- **Revogação da Nova Lei do Arrendamento Urbano**
- **Suspensão imediata do regime de renda apoiada** e sua revisão de acordo com critérios de justiça social, nomeadamente tendo em consideração o rendimento líquido e que inclua deduções específicas de acordo com critérios sociais, como sejam as pensões baixas, a situação difícil de desemprego ou pobreza, ou o incentivo à frequência escolar.

3.6.2. REPOR APOIOS SOCIAIS, RECUPERAR PENSÕES, DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

Defender quem trabalhou: A idade legal da **reforma aos 65 anos**, como regra geral e a **reforma aos 40 anos de descontos** efectivos. Recuperar o nível de vida dos pensionistas, **promover a convergência das pensões mais baixas com SMN**.

Em democracia só há saída da crise se não ficar ninguém para trás: **Subsídio social de desemprego para todos os desempregados e desempregadas** em situação de carência económico; **reposição da rede de apoios sociais** (RSI, CSI, abono de família, apoio a deficientes, ação social escolar) anterior ao DL 70/2010.

Criação de um programa de construção de creches públicas e de uma rede pública de apoio domiciliário a idosos e pessoas dependentes;

4. Justiça e igualdade. Razões da democracia

4.1. COMBATER O CONSERVADORISMO E O PRECONCEITO

A austeridade agudizou as desigualdades, degradou as condições sociais e económicas da maioria da população, naturalizou o desemprego, erodiu os apoios sociais e desfalcou os serviços públicos.

A austeridade limita a emancipação dos jovens. Deambulando entre desemprego, estágios e outros esquemas de inserção precária no tecido social, a grande maioria dos jovens não tem casa própria nem condições mínimas de autonomia social, cultural e sexual.

A regressão do Estado Social agudiza a pressão que a apologia conservadora está a exercer sobre as mulheres, fazendo crescer o trabalho não remunerado por elas realizado. Num país sem creches nem empregos, fica claro o fundamento destas políticas: o regresso ao lar.

A crise económica e o avanço conservador fazem crescer a exclusão, a violência social e institucional. As demolições nos bairros de Santa Filomena, Estrela de África ou 6 de Maio ou a violência policial nelas perpetradas são apenas ilustrações mais condensadas. Elas manifestam e fazem recrudescer o racismo. O racismo combate-se também na lei e esse combate está, em grande medida, por fazer.

O preconceito cresceu em Portugal. A adoção ainda continua a ser vedada aos casais de pessoas do mesmo sexo. A procriação medicamente assistida continua a não estar disponível a todas as mulheres. A violência e discriminação institucional continua a fazer parte do quotidiano das pessoas trans e intersexo.

O Bloco é um movimento que luta pela igualdade ao mesmo tempo que luta pela diversidade. Por isso, o nosso programa procura responder de forma clara à urgência das vidas e não recua perante a luta pela igualdade. Continuamos a assumir a defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans e Intersexo e a promover políticas de inclusão e de combate à discriminação sexual em todas as esferas da vida.

CAMINHOS

- Reforço do combate à violência de género, um fenómeno que não para de agravar-se sob o peso do machismo e da mentalidade conservadora;

- Legislar para que a violação seja crime público;
- Legislar para que o femicídio seja crime público, isto é reconhecer o homicídio e tentativa de homicídio por violência de género em que as mulheres são assassinadas por serem mulheres, numa sociedade patriarcal que, apesar de toda a evolução a que temos assistido, assenta na desvalorização da mulher como pessoa e como cidadã.”
- Consagração no Código do Trabalho de mecanismos especiais para impedir a discriminação das mulheres grávidas;
- Eliminação legal de quaisquer critérios centrados na orientação sexual na seleção dos dadores de sangue; Assegurar o cumprimento da proposta já aprovada na Assembleia da República, por iniciativa do Bloco de Esquerda, e que proíbe a discriminação de homens que fazem sexo com homens nas dádivas de sangue:
 - Remoção de critérios relacionados com orientação sexual e estado civil no acesso à procriação medicamente assistida;
 - Alargamento da possibilidade de adoção e acolhimento de crianças por parte de todos os cidadãos e cidadãs, sem nenhuma exclusão baseada na orientação sexual, dependendo unicamente de escolha com base no critério da capacidade parental;
 - Reconhecimento legal de todos os pais e mães homossexuais ou bissexuais que já existem e já formam uma família;
 - Remoção de critérios relacionados com a orientação sexual no acesso à parentalidade
- Garantir o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida
- Reconhecer o acesso à gestação de substituição
- Reconhecimento dos direitos das pessoas trans e intersexo e adoção das recomendações europeias quanto à despatologização do reconhecimento jurídico do género, ao reconhecimento de identidades não-binárias, à proibição de cirurgias corretoras e outros tratamentos não consentidos em bebés ou adultos que não estejam devidamente informados;
- Reconhecimento da autonomia pessoal das pessoas trans e intersexo na decisão da alteração de sexo e nome no registo civil, com garantia de acesso a todos os cuidados de saúde através do SNS;
- Criação de uma rede de cuidados contraceptivos nas escolas, em parceria com associações e centros de saúde, incluindo a distribuição de preservativos e a consagração de um espaço curricular de educação sexual;
- Promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proíbam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género nos setores fundamentais do Estado como a Saúde, a Educação, a Justiça ou a Segurança;

- Transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva sobre o Estatuto da Vítima e lançamento do trabalho legislativo para a adoção do Estatuto do Idoso;
- Eliminação das discriminações existentes no Código do Trabalho entre as licenças de parentalidade biológica e por via da adoção;
- Criação de mecanismos que garantam a acessibilidade de pessoas com deficiência ao espaço público, à educação, à participação política e a todo o apoio terapêutico necessário.
- Compromisso com uma lei para a vida independente que contempla pagamentos diretos às pessoas com deficiência e liberdade de escolha da sua assistência pessoal

4.2. JUSTIÇA PARA TODOS

A reforma do mapa judiciário criou o caos nos tribunais e afastou os cidadãos do acesso à Justiça, criando enormes desigualdades territoriais e penalizando o interior e as zonas rurais. Ficou o sistema em estado de Sítius e os tribunais ficaram paralisados.

A Justiça é cara e as barreiras económicas criadas são verdadeiros impedimentos para o acesso dos cidadãos, criando mais uma desigualdade entre ricos e pobres.

O próprio Estado ficou mais autoritário, do que é exemplo as alterações realizadas ao sistema judicial tributário, agora ainda mais opressivo e abusivo com os processos de execução sobre as vítimas da política de austeridade.

Uma das maiores fragilidades do nosso sistema de Justiça é a dificuldade de acesso dos cidadãos ao direito à defesa, na medida em que este depende da condição económica. A resposta tem sido a instituição da defesa oficiosa por advogados nomeados. No entanto, a artificialidade desta solução tem levado a diversas estratégias de remendo, como os protocolos com a Ordem dos Advogados para envolver profissionais experientes e reputados, ou a ideia, não concretizada, da criação de um Instituto da Defesa Oficiosa.

O Bloco de Esquerda propõe a criação de um Instituto do Defensor Público. Assim como o Ministério Público assegura a orientação da investigação e da acusação, o defensor público promove a defesa em tribunal de quem não tenha meios para a pagar. Estando reservada constitucionalmente a função das magistraturas, este instituto terá um lugar distinto, que é o da organização de advogados do Estado, com carreiras próprias e hierarquia definida, que respondem perante as necessidades dos cidadãos.

CAMINHOS

- Tornar acessível a Justiça a todas e todos, reduzindo a onerosidade do recurso aos tribunais e sistemas de registos, caminhando para a gratuitidade do acesso de pessoas individuais;

- Rever profundamente o subsistema de justiça tributária, reforçando a equidade dos procedimentos processuais e garantindo a efetividade dos meios de defesa mais adequados dos cidadãos;
- Combater a lentidão da justiça, com reforço dos meios humanos nos tribunais e nos meios técnicos dos órgãos de investigação;
- Reforma do sistema prisional;
- Criação do Instituto do Defensor Público.
- Defender um novo mapa judiciário que assegure proximidade territorial na administração da Justiça"

4.3. COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CRIME ECONÓMICO

O crime económico é a ponta do icebergue dos "poderes ocultos" na sociedade e caminha de mão dada com a corrupção. Os relatos das falências de bancos e fraudes nas maiores empresas pela mão de antigos e novos "donos disto tudo" são demonstrativos disso. A elite financeira do regime caiu na delinquência.

Os grandes negócios, como as privatizações e parcerias público-privadas de vários tipos, fomentam depois a compra de vantagens. E esse facto, generaliza-se a todos os níveis da administração pública. No privado, atos de gestão ou informação privilegiada pirateiam a concorrência. Há corrupção de milhões e de tostões, quando há redes organizadas, tendendo a uma acumulação autónoma.

O Bloco de Esquerda esteve na linha da frente de importantes alterações legais no combate à corrupção: levantamento simples do sigilo bancário para investigação judiciária, base de dados das contas bancárias no país acessíveis ao Ministério Público, criminalização da violação de normas urbanísticas por parte de autarcas, prescrição de 15 anos para este tipo de crimes e confisco de bens a favor do Estado.

O combate ao enriquecimento não declarado e ao enriquecimento injustificado também foram contributos importantes do Bloco, apesar de ainda não serem letra de lei.

O combate à corrupção, apesar de centrado nas questões do enriquecimento, não se esgota aí. A especulação do valor dos solos a propósito da classificação administrativa de terrenos rurais, com a consequente autorização para edificar, é outro dos terrenos férteis para a corrupção. Quando da aprovação recente da Lei dos Solos, o projeto do Bloco sobre mais-valias urbanísticas foi mais uma vez rejeitado em nome das expectativas dos "empreendedores".

Os meios ao dispor da polícia de investigação criminal são diminutos, e ainda mais no combate aos crimes económicos e de corrupção. O reforço da capacidade da investigação é tão

importante quanto a existência das ferramentas legais para barrar o caminho ao capitalismo criminal.

CAMINHOS

- **Fim do offshore da Madeira**, extinção da praça financeira;
- **Criminalização do enriquecimento ilegal**, com confisco dos bens;
- **Recuperação pública das mais-valias urbanísticas**;
- **Alargamento para seis anos** do período em que os ex-governantes não podem laborar nas empresas do setor que tutelaram;
- **Declarações de rendimentos e património** registados no Tribunal Constitucional disponíveis online.

4.4. POR UMA DEMOCRACIA EXIGENTE

A submissão de interesses públicos a interesses privados, as suspeições sobre os decisores públicos têm afastado os cidadãos e degradado a democracia.

A austeridade impôs a narrativa da inevitabilidade criando um clima de negação da livre escolha dos povos sobre a condução das políticas públicas. Os processos democráticos e a participação cidadã estão aquém das expectativas populares e as instituições ainda estão muito fechadas sobre si. Os partidos têm ainda o monopólio de uma parte considerável da atividade pública, impedindo a abertura plena à cidadania.

As escolhas públicas ainda têm muita opacidade e o Estado ainda é pouco transparente.

CAMINHOS

- **Ampliar o acesso dos cidadãos à decisão política**, nomeadamente reduzindo-se o número de subscritores necessários para a proposta de uma iniciativa legislativa popular e permitindo-se o direito de petição popular para a fiscalização constitucional sucessiva de ato legislativo ou da sua omissão;
- **A revisão da lei de financiamento da atividade política** no sentido de reforçar os meios de controlo das contas e de limitar os tetos máximos do financiamento a campanhas eleitorais;
- **Tornar obrigatório o regime de exclusividade dos deputados** à Assembleia da República, dos executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais que exerçam o cargo em regime de permanência;
- **Abrir as eleições legislativas** à participação de listas de cidadãos;

- **Criar o mecanismo de revogação de mandato executivo por vontade popular em caso de clara violação dos compromissos eleitorais assumidos ou de perda de legitimidade democrática ;**
- **Reforçar a transparência do Estado;**
- **Recusa dos círculos uninominais** e outras engenharias eleitorais que, por golpe administrativo, promovam artificialmente a bipartidarização e um regime de maiorias absolutas;
- **Alargamento do direito de voto** aos cidadãos estrangeiros vivendo há mais de três anos em Portugal e aos cidadãos a partir dos 16 anos de idade, que já têm responsabilidade laboral, penal, fiscal;
- **Reforço de competências das Assembleias Municipais**, designadamente a moção de censura ao executivo com carácter vinculativo.

4.5. NOVA POLÍTICA PARA A IMIGRAÇÃO

Existem milhares de imigrantes a trabalhar sem documentos em Portugal, alguns deles descontando para a segurança social e todos submetidos a um regime de salários baixos, de medo e de exceção. Por outro lado, a crise e o desemprego levaram a que muitos não conseguissem renovar a sua autorização de residência, sendo empurrados para situações semelhantes. Muitos têm trabalho – uns com contrato, outros sem qualquer vínculo laboral –, muitos outros estão impossibilitados de procurar trabalho pela sua situação irregular ou são despedidos para serem substituídos por outros que têm garantia de regularização. A grande maioria é explorada por estar desprotegida do ponto vista legal. Enquanto se aposta apenas nos “vistos gold”, destinados aos mais ricos, como grande opção de política migratória, Portugal esquece os milhares de imigrantes que dão a sua contribuição diariamente.

As mulheres imigrantes, em particular, vivem situações de grande discriminação. A ausência de documentos coloca-as numa posição de completa subalternidade e dependência. Muitas mulheres imigrantes vivem situações de violência doméstica e não têm meios para sair dessa situação. Ora, todas as mulheres devem ser protegidas quando atacadas nos seus direitos humanos. Portugal deve também acolher as mulheres que são vítimas de casamentos forçados e que fogem a situações de violência nos seus países de origem.

O combate à imigração, uma das principais marcas culturais das direitas, é profundamente hipócrita porque deseja e promove a imigração clandestina e em condições sub-humanas. O combate da esquerda pelos direitos dos imigrantes é uma questão fundamental de direitos humanos, mas decorre também de uma política que deve transformar e renovar os padrões de referência: a Europa do século XXI é um espaço de mestiçagem de culturas.

CAMINHOS

- **Regularização de todas as pessoas indocumentadas e legalização de todas as pessoas imigrantes, com todos os direitos e deveres;**
- **Direito de voto para todos os imigrantes** há mais de três anos em Portugal;
- **Defesa do direito do solo como fundador da lei da nacionalidade;**
- **Legalização e atribuição de autorização de residência:**
 - a todos os beneficiários de um processo de reagrupamento ou reunião familiar;
 - a todos os cidadãos estrangeiros que comprovem ter entrado em território nacional antes do encerramento do último processo de legalização;
 - a todos os cidadãos estrangeiros que estejam a trabalhar.
 - As entidades patronais são obrigadas a celebrar contrato de trabalho com a data do seu início efetivo e pelo prazo mínimo de um ano, bem como a inscrever na Segurança Social os imigrantes que tenham empregado, conforme atestado pela ACT ou por um sindicato ou associação de imigrantes.

Esta política teria um poderoso efeito dissuasor da procura de trabalho clandestino por parte de setores do patronato que só pretendem trabalhadores ilegais e sem direitos.

O Bloco defende ainda a prioridade à inclusão da primeira e segunda gerações, que permitam a organização das comunidades imigrantes e a sua participação plena na vida social. A escola pública tem nesse sentido um papel fundamental, inclusive por via de projetos de ensino bilingue e da transformação de equipamentos escolares em espaços cosmopolitas de horário alargado, abertos à vida cultural das comunidades.

4.6. NOVA POLÍTICA PARA OS EMIGRANTES

As políticas implementadas de austeridade estão a expulsar do país milhares de desempregados, precários e jovens à procura do primeiro emprego, forçados a vender a sua força de trabalho fora de Portugal muitas vezes a baixos custos e em condições de precariedade extremas.

Sendo certo que o objetivo da esquerda só pode passar por inverter este ciclo migratório, no imediato devemos criar melhores condições para os que partiram.

CAMINHOS

- Abertura de novos postos consulares, e reforço e/ou criação de estruturas ao nível dos postos já existentes, bem como a concessão de meios adequados aos funcionários consulares.
- Reposição dos horários e dos professores de português contratados pelo nosso governo

e abolição da propina discriminatória ao pagamento da qual o Governo submeteu os emigrantes à revelia do consagrado na Constituição da República portuguesa.

- O sector associativo, deve ser apoiado devendo desse apoio estar ausente, qualquer intuito, por parte do Governo, de se descartar, nas associações, de funções que incumbem ao Estado português.
- Deve proceder-se à reposição das emissões da RDP internacional na onda curta
- O Governo português deve ser um actor essencial na resolução do grave problema dos emigrantes lesados do BES que subscreveram depósitos a prazo junto do banco
- A transportadora aérea nacional TAP deve continuar a ser o que é, uma empresa pública ao serviço das rotas estratégicas definidas pelo País, no seu interesse, no dos seus emigrantes e no da lusofonia.
- Os emigrantes dão um importante contributo económico a Portugal. O Bloco de Esquerda considera que devem ser dadas facilidades ao envio das remessas (salários e reformas) dos emigrantes, bonificadas as taxas de juro dos seus empréstimos e isentos de impostos os rendimentos da colocação a prazo das suas poupanças.

4.7. UMA VISÃO MODERNA PARA A SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

O Bloco bate-se por uma política de segurança pública em contraste com a dos governos PSD/CDS e do PS, porque assenta na defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos. A segurança só pode ser a defesa da liberdade. Contrariamos por isso medidas e culturas de perseguição, de violência e de desrespeito da democracia. O combate ao crime só terá sucesso se promover a justiça numa sociedade de direitos e deveres.

O conceito de segurança abrange por isso todas as facetas da vida das pessoas e das comunidades. A segurança deve ser garantida em todos os planos da vida e, por isso, a sociedade deve proteger as regras da democracia. A segurança pessoal, a segurança rodoviária e a proteção civil são por isso valorizadas pelo Bloco de Esquerda como componentes essenciais de uma nova política de segurança.

CAMINHOS

- **Regime de segurança pública** preventiva e de base comunitária;
- **Defesa de forças de segurança de carácter civilista** e recusa da sua militarização;
- **Promoção dos direitos sociais e sindicais dos profissionais de policia**, incluindo o direito a formação contínua e permanente;

- **Recusa das superesquadras e requalificação das instalações**, dotando-as de espaços reservados para apoio à vítima;
- Garantia de acesso dos advogados ao contacto com os seus clientes nas esquadras;
- **Intervenção ativa das populações**, através de conselhos municipais e de freguesia, em que estejam representadas todas as comunidades e em particular os mais jovens, no acompanhamento ao policiamento de proximidade;
- **Promoção de bairros prioritários**: os bairros mais atingidos pelas exclusões devem ser dotados de equipamentos sociais, educativos e culturais, a par da intermediação cultural, escolar e de saúde;

4.7.1. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Durante vários anos Portugal foi o país da União Europeia com a maior taxa de mortes por milhão de habitantes. Os números têm vindo a melhorar significativamente. No entanto o rácio português continua a ser superior ao rácio médio dos países da União Europeia. As estatísticas demonstram a vulnerabilidade dos peões e dos utentes de duas rodas no contexto das mortes nas estradas, com particular destaque para o que se passa dentro das localidades.

São insuficientemente conhecidas ou apenas parcialmente consideradas as causas de sinistros relativas às próprias deficiências que as vias rodoviárias apresentam na sua conceção e manutenção ou ainda a fatores como a condução sob o efeito do álcool ou outras drogas, ou ainda às condições de segurança dos veículos, individuais ou coletivos.

Impõe-se portanto, por razões nacionais, que a segurança rodoviária seja encarada como uma área de atuação prioritária dos poderes públicos.

CAMINHOS

- **Atualizar o mapa de “pontos negros”** e estabelecer medidas preventivas e a sua completa eliminação;
- Tornar obrigatório, com força de lei, a necessidade de adotar medidas de acalmia de tráfego nas vias de atravessamento dos centros urbanos ou nas zonas residenciais, que imponham um limite máximo de velocidade, no máximo, não superior a 50 km/h (semáforos atuados por velocidade de aproximação dos veículos, passadeiras sobre-elevadas, etc) ou mesmo inferiores, quando se trate de zonas residenciais;
- **Criminalização** de toda conduta negligente, de qualquer entidade ou responsável, cuja ação agrave, em determinado momento ou de forma permanente, o risco de acidentes;

- **Estratégia preventiva sobre práticas incorretas de condução**, para garantir a partilha segura da via pública por parte dos cidadãos com mobilidade reduzida ou que se desloquem em meios de transporte não motorizados;
- **Intensificar a fiscalização na área da segurança** dos passageiros no transporte público, em particular nos veículos de transporte de crianças;
- **Revisão integral e urgente de toda a sinalização** rodoviária do país, horizontal e vertical, resolvendo o caos em espaço urbano e nos diferentes tipos de estradas;

4.8. POLÍTICA EXTERNA, COOPERAÇÃO E DEFESA

A globalização real exhibe três marcas essenciais. A primeira é a da polarização social e da desigualdade. Os números do Banco Mundial são claros: em termos de rendimento per capita, um habitante do país mais rico do mundo (Noruega) tem 60 vezes mais rendimento que um habitante do país mais pobre (Burundi). A segunda marca é a da fragilização do contrato social e das democracias, o afastamento crescente entre o espaço das decisões e o espaço das instituições que representam os cidadãos. A terceira marca é a do esvaziamento do princípio da autodeterminação. Fora dos cânones da “boa governação”, os Estados são estigmatizados como “falhados”, “colapsados” ou “párias”, com todas as consequências daí advinentes.

A procura de consensos vagos em torno da satisfação de mínimas exigências humanitárias ocupa, na ordem global real, o lugar da promoção efetiva dos direitos humanos para todos. As estratégias de redução da pobreza postas em marcha pelo Banco Mundial não beliscam os mecanismos que a produzem. Nesse sentido, são acima de tudo técnicas de contenção de periferias turbulentas ao mesmo tempo que perpetuam todos os pressupostos dessa condição periférica: inserção subalterna no comércio internacional, espoliação dos recursos naturais e biopirataria, fechamento das fronteiras dos países mais ricos, tanto às pessoas como aos produtos originários dos países mais pobres.

CAMINHOS

- **Respeito pela autodeterminação dos povos**, da sua soberania permanente sobre os recursos naturais e da sua soberania alimentar como parâmetros intocáveis das políticas externas e de cooperação. O humanitarismo não pode servir de álibi para intervenções militares. A responsabilidade de proteger é um desafio dirigido à coerência das políticas externas e de cooperação e não um dispositivo de legitimação do intervencionismo internacional;
- **Políticas de acolhimento**. Ao fechamento, com muros físicos e outros, praticado pelas lideranças europeias, a esquerda contrapõe a exigência de um grande programa europeu de acolhimento de imigrantes e de uma política de proteção efetiva de refugiados e de petionários de asilo. Esse programa europeu de acolhimento terá de encontrar

prolongamento nas políticas sociais nacionais e europeias, no reconhecimento de direitos políticos aos imigrantes, e na universalidade dos serviços públicos essenciais;

- **Uma política de direitos humanos.** A esquerda deve, em suma, retomar a bandeira dos direitos humanos, repondo aquela luta nos direitos à democracia plena, participada e esclarecida, à alimentação, à saúde, à habitação, à qualidade ambiental, à educação e cultura, ao restabelecimento e evolução das garantias laborais, ao equilíbrio social;
- **Fim das instituições da desregulação liberal,** como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a substituir por um banco de pagamentos internacionais e de apoio ao desenvolvimento, a ser criado e gerido por um sistema de cooperação em que os países pobres tenham voto decisivo.

4.7.1. COOPERAÇÃO PARA O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO

Portugal tem subestimado a importância da política de cooperação para o desenvolvimento enquanto instrumento de política externa e de afirmação solidária em escala mundial. Com raras exceções, Portugal limitou-se a reproduzir de modo passivo os modelos de relacionamento Norte-Sul que são fixados pelos atores mais poderosos neste campo. Esse seguimento resignado e subalterno, que vai de par com a exiguidade das verbas afetadas a ajuda pública ao desenvolvimento, é um dos símbolos da governação do Bloco Central.

Uma esquerda que não abdique da sua memória e dos seus princípios só pode encarar a cooperação para o desenvolvimento como um domínio prioritário.

Assim, o Bloco empenha-se no reforço da cooperação para o desenvolvimento. É urgente um grande movimento cívico que reclame o cumprimento das obrigações há muito assumidas na ONU pelos países mais desenvolvidos designadamente quanto à afetação de 0,7% do PIB a ajuda pública ao desenvolvimento. Mas não é apenas de reforço quantitativo que se trata: as políticas de cooperação para o desenvolvimento devem dar prioridade à ajuda ao investimento nos setores produtivos e na criação de emprego e pautarem-se pelo primado da articulação entre proteção da biodiversidade, valorização e defesa do património genético e soberania alimentar nos países de destino. Para além disso, é indispensável apostar num financiamento plurianual das organizações não-governamentais de desenvolvimento, desde logo para garantir um trabalho de longo prazo e mais consistente. Ao mesmo tempo, importa articular as políticas de cooperação com as iniciativas locais e internacionais de garantia de transparência na utilização dos recursos por parte dos Estados.

4.8.2. POR UMA POLÍTICA DE DEFESA CIDADÃ

O conceito estratégico de defesa nacional deve reformular-se à luz desta redefinição do papel internacional do país como intermediário e fator da paz. O Bloco promove uma estra-

tégia de Defesa Cidadã assente na prioridade da defesa civil e do território, na proteção da soberania e dos bens comuns.

CAMINHOS

- **Saída da NATO** e ação diplomática pela extinção deste e de todos os blocos militares;
- **Defesa do desarmamento**, opor-se à constituição de uma força armada europeia e pugnar pelo encerramento de todas as bases militares estrangeiras na Europa;
- **A Assembleia da República deve assumir poderes de autorização prévia** do emprego de forças militares ou militarizadas em missões internacionais, à luz de critérios legalmente definidos, decorrentes do respeito pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios de política externa antes enunciados;
- **Revisão de legislação relativa à disciplina militar, às associações de militares e aos seus direitos sociais** no sentido de assegurar o respeito dos direitos adquiridos, as condições de dignidade cívica e militar e o exercício dos direitos de associação e livre expressão no respeito pela Constituição;
- **Amnistia para todos os militares punidos pelo exercício dos seus direitos** de expressão e manifestação e suspender todos os procedimentos disciplinares em curso relacionados com estas lutas.

5. Bens comuns: Desenvolvimento produtivo e ambiental

5.1. POR UM DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DO PAÍS E UMA POLÍTICA INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

Os quatro anos de governo PSD/CDS-PP aceleraram o processo de destruição do sistema produtivo nacional. As políticas de austeridade e a quebra muito acentuada do investimento (55% no caso do investimento público), agravadas pelo fecho do crédito às PME, produziram um *record* de falências e encerramentos. Portugal, que já tinha desistido da agricultura e que aceitou a destruição das pescas, mesmo tendo a maior zona económica exclusiva da União Europeia, viu a sua economia produtiva dramaticamente reduzida. A redução da produção traduziu-se assim numa clara diminuição das fundações da criação de valor, na destruição de trabalho qualificado e no aumento da dependência das importações, só disfarçada pelo esmagamento da procura interna.

Não há saída da crise europeia quando a Alemanha soma 30% do total da produção industrial, a Itália, a França, o Estado Espanhol e o Reino Unido representam, no seu conjunto, 40% e os restantes 30% correspondem a 23 dos 28 países da União. A centralização dos processos de decisão também muda as relações de poder no quadro europeu. As reformas de matriz neo-liberal degradam as infra-estruturas públicas, assim como a uma quebra abrupta no volume de investimento direto. Em vez de uma reconstrução produtiva do país, o governo de direita apostou na atração de investimento estrangeiro assente numa clara agenda de apropriação dos recursos nacionais. Uma agenda de crescimento sustentável e socialmente justo passa assim por um corte radical com as reformas neoliberais e por uma agenda para o investimento, produção sustentável e criação de trabalho decente.

Energias renováveis e eficiência energética, transportes, re-industrialização e re-dinamização de setores tradicionais da economia portuguesa (calçado, têxteis, conservas, pesca tradicional, agricultura, floresta) são aspetos centrais da reconstrução produtiva do país. Mas essa reconstrução passa também pela produção de bens comuns como o conhecimento, a proteção ambiental, a qualidade de vida, a integração social ou a coesão territorial. Para um plano de reconstrução produtiva é necessária ação pública direta e forte regulação do setor privado, assim como uma clara distinção entre serviços/bens públicos e serviços do domínio privado.

5.2. BENS COMUNS

A onda de privatizações dos últimos anos trouxe-nos uma nova urgência: a definição de uma agenda clara sobre os bens comuns. Os bens comuns definem-nos enquanto comunidade e definem-se por serem direitos de acesso generalizado. O acesso aos bens comuns, está, por isso, muito para além da distinção entre bens públicos e bens privados, colocando na agenda política o problema do acesso desigual a bens que são essenciais a todos. Por ultrapassar a distinção entre público e privado, obriga-nos a entrar, por exemplo, na definição de uma política de preços que vai além da tributação fiscal e que não é resolvida pela tributação fiscal (por exemplo, no consumo de água alguém que consuma 400 vezes mais água, não paga necessariamente mais 400 vezes mais impostos...).

Os bens comuns e a comunitarização das práticas tornam-se cada vez mais uma componente crucial das lutas actuais em torno dos direitos sociais. Um exemplo claro disso é a recente vitória da Plataforma Barcelona em Comum. O acesso à água, à electricidade, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços, aos bens digitais, etc., reconfigura um novo espaço de disputa da democracia e dos processos democráticos. Num contexto de desenvolvimento produtivo do país, a questão dos bens comuns não pode nem deve ser negligenciável. É, além do mais, a agenda que permite resistir de forma mais eficaz à tendência privatizadora e à mercantilização dos recursos. Muitos destes bens – pela sua natureza material e imaterial – não têm consagrado um quadro legal adequado. Este é um desafio que a Esquerda tem que assumir.

A crise que vivemos é social, económica e ecológica. A política de austeridade aumentou a exploração dos recursos ambientais. A saída da crise tem de reconverter o modelo de produção, reduzindo os consumos supérfluos e apostando em tecnologias e bens renováveis e não poluentes. Porque reduz o tempo de trabalho e se concentra na qualidade de vida, este caminho é o único compatível com a criação de emprego e com o trabalho com direitos.

Sob a égide do “desenvolvimento” e com a desculpa da austeridade o governo PSD/CDS-PP piorou a situação, (i) apostando num extrativismo falhado; (ii) alterando as leis ambientais pondo em causa o meio ambiente e as populações; (iii) destruindo os instrumentos de proteção ambiental que o Estado ainda detinha e mantendo os obstáculos ao ordenamento do território; (iv) não atuando sobre as causas dos incêndios florestais e liberalizando a plantação selvagem do eucalipto; (v) não atacando as rendas das empresas energéticas; (vi) privatizando a gestão dos resíduos; e (vii) forçando a privatização das empresas dos transportes.

As alterações climáticas são um ponto central e incontornável da vida do planeta e das políticas públicas. As alterações climáticas podem alterar de forma estrutural as sociedades, as economias e os equilíbrios de poder a nível mundial. É ainda preciso dizer que no quadro do capitalismo ainda não foi sugerida qualquer alternativa viável para o combate e a adaptação às alterações climáticas em curso. A mercantilização do clima, através do comércio de carbono, de programas de compensação e *offset* ambiental, de “capital natural”, podem ser

um negócio para as grandes empresas poluidoras e para o capital especulativo mas são absolutamente ineficazes e contraproducentes para a redução da emissão de gases de estufa.

A crise económica e o empobrecimento coletivo são o que explica a redução das emissões. A preparação do país para os problemas criados pelas alterações climáticas tem sido apenas uma estratégia para financiamentos internacionais ou ferramenta de propaganda, já que o país está completamente impreparado até para os cenários mais conservadores em termos de alterações. É necessário uma reconversão da economia em nome da justiça climática e que a redução das emissões seja fruto de opções para o aumento qualidade de vida e da repartição de riqueza. Para tal, é necessário um compromisso internacional vinculativo. A Cimeira das Nações Unidas COP21, a realizar em Paris no final de 2015, deve ser o início desse novo acordo internacional. Na COP21 é necessário um acordo vinculativo de redução imediata das emissões e não uma nova ronda de mecanismos de mercado inúteis ou de regulação frouxa. A meta de uma subida limitada a 2°C até 2100 está já em perigo e isso implica que têm de ser ativados mecanismos económicos e políticos. Para tentar estabilizar a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, é necessário manter os combustíveis fósseis no solo. Menos de 1/5 das reservas totais de combustíveis fósseis do planeta são utilizáveis para qualquer cenário de segurança e estabilidade climática. Para Portugal, o Bloco de Esquerda defende uma meta de redução de emissões de estufa de 80% até 2050, considerando valores de 1990. Para tal, o Bloco propõe o encerramento até 2020 de todas as centrais a carvão e a imposição de uma pesada taxa de carbono sobre as empresas do Comércio Internacional de Licenças de Carbono - as centrais térmicas, a indústria da celulose, as refinarias de petróleo, cimenteiras e aterros sanitários, isto é, as maiores poluidoras - para financiar investimento e investigação em energias renováveis..

Os últimos quatro anos de governação foram marcados por uma intensa produção legislativa na área ambiental. A nova Lei de Bases do Ambiente e a Lei de bases do Ordenamento e da Gestão do Espaço Marítimo Nacional, são disso exemplo. Estas leis têm subjacente uma lógica de desregulamentação, desproteção e mercantilização do ambiente, prevendo mesmo a concessão a privados de volumes de mar por 50 anos. A fiscalidade verde foi mais um passo nesta direção. É hoje claro que não se trata de um mecanismo de proteção ambiental, mas sim de mais um instrumento de esbulho fiscal da população.

Depois da entrega de setores económicos estratégicos a privados, a direita, com o voto favorável do PS, abriu a porta à privatização massiva dos recursos naturais do país. Para a sua efetivação, a lei prevê que os instrumentos de ordenamento marítimo possam ser total ou parcialmente suspensos, alargado ao mar os famosos “Projetos de Interesse Nacional”. O principal critério para a atribuição de áreas de mar é a lucratividade da atividade, pelo que atividades tradicionais - como a pequena pesca - podem ser expulsas de vastas áreas a concessionar a privados. O objetivo da lei é a “promoção da exploração económica”.

Os recursos naturais do país devem ser colocados ao serviço do interesse público, pelo que o Bloco propõe a imediata revogação desta lei de privatização dos mares.

Finalmente, é necessário **criar uma nova Lei de Bases do Ambiente**, construída de forma participada e democrática e alterar os princípios que atualmente regem a legislação ambiental orientando-os para a defesa do ecossistema e dos recursos do país em detrimento de uma lógica mercantilista.

CAMINHOS

- Clarificação e delimitação, em Lei de Bases, dos deveres ambientais do Estado, Regiões Autónomas e autarquias;
- Introdução do princípio da prevenção na política do ambiente;
- Punição agravada da poluição, com a obrigação de recuperação ambiental a custo próprio e a interrupção permanente da ação poluente; eliminação dos instrumentos de compensação ambiental por danos causados.
- Garantia do direito à informação ambiental com a eliminação da cobrança de taxas pelo acesso à informação oficial e de instituições públicas;
- Eliminação do direito de poluição.
- Reforço do licenciamento ambiental
- Concretização da fiscalização e instrumentos de controlo
- Reforço da proteção legal, como instrumentos da política de ambiente, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, das Zonas Especiais de Conservação, das Zonas de Proteção Especial, da Rede Natura 2000, da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional e do Domínio Hídrico, assim como das áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais e outros instrumentos relevantes.
- Aumento do número de vigilantes da natureza, atualmente insuficientes para a proteção e fiscalização de áreas protegidas e da conservação da natureza
- Elevação dos padrões ambientais nas bacias hidrográficas internacionais - revisão da Convenção de Albufeira. Revisão dos caudais mínimos de forma que seja mantido o equilíbrio ecológico dos rios internacionais. A monitorização dos caudais e da qualidade da água deve acompanhar as melhores práticas internacionais.
- Agravamento das sanções para crimes e contra-ordenações ambientais;
- Introdução do princípio de reparação em espécie;
- Introdução do seguro de responsabilidade civil;
- Implementação de um plano para concretizar a curto prazo a extração do amianto de edifícios públicos;
- Definição da posse e gestão pública da água e do tratamento de resíduos;

- Mecanismos para uma economia não dependente dos combustíveis fósseis e Combate e adaptação aos efeitos das alterações climáticas;
- Interdição do cultivo, comercialização e importação de Organismos Geneticamente Modificados;
- Proibição da energia nuclear.

O atual governo tem sido subserviente às grandes multinacionais agroquímicas. Caso ilustrativo foi a sua posição na União Europeia contra a suspensão dos pesticidas responsáveis pelo declínio da população de abelhas, posição minoritária na UE. Na nova lei dos pesticidas, o executivo escolheu igual caminho. **O Bloco propõe a proteção integrada como o princípio orientador da aplicação de pesticidas, com a avaliação das culturas e de métodos não químicos e químicos. Defende ainda o princípio da precaução e da proteção dos polinizadores.**

5.2.1. TRANSPORTES

O país precisa de um sistema de transportes públicos eficiente, abrangente e sustentável. A mobilidade é, acima de tudo, um direito retirado a milhões de cidadãos que, no interior ou nas áreas urbanas, se viram sem oferta de transportes ou impossibilitados de lhe aceder por força do aumento dos preços. Em nome de uma suposta sustentabilidade financeira do sistema de transportes, esta política prejudica o ambiente e a qualidade de vida, mas também a economia, que perde produtividade nas deslocações e capacidade de transporte de mercadorias. Privatizações e concessões dos transportes, da manutenção ferroviária aos autocarros urbanos, não respondem a nenhum destes problemas e não resolvem o problema financeiro das empresas: a dívida continuará a ser paga pelo Estado, para além da renda entregue ao concessionário privado.

CAMINHOS

- Devolver à esfera pública as empresas privatizadas, concessionadas e subconcessionadas;
- Reestruturação da dívida das empresas de transportes e financiamento adequado às necessidades de investimento e serviço;
- Aumento e melhoria da oferta pública de transportes públicos, com ofertas intermodais acessíveis à população. Criação de um passe gratuito para trabalhadores desempregados e reposição dos passes de estudante e +65;
- Prioridade à ferrovia, apostando na indústria ferroviária, recuperando redes prioritárias, reforçando ligações internacionais e garantindo um sistema ferroviário urbano, suburbano e periurbano. Para tal, 10% do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos deve ser utilizado para o investimento na ferrovia;

- Plano de recuperação das linhas do caminho de ferro abandonadas. Criação de um plano ferroviário que contribua para a coesão do território e desenvolvimento económico das regiões;
- Promoção de meios de transporte menos poluentes, com expansão de faixas BUS, ciclovias e zonas pedonais, desincentivando o uso do automóvel particular.
- Anular o processo dito de reestruturação das empresas públicas de transporte em Lisboa, que mais não visa outra que não seja a promoção de despedimentos encapotados de trabalhadores considerados descartáveis, apoiados por uma política de humilhação e de desrespeito total pela legalidade dos contratos de trabalho, reconstruindo a realidade empresarial que pré-existia a este processo de destruição do serviço público de transportes, e voltar a honrar os compromissos com os reformados, retomando o pagamento dos complementos de reforma acordados;
- Renacionalizar as autoestradas originariamente construídas sem custos para o utilizador (SCUT's), isentando-as de portagens, tendo em vista a melhoria da sinistralidade rodoviária, da fluidez da circulação automóvel e a redução do tráfego no atravessamento de zonas urbanas e, desta forma, contribuir para a melhoria dos padrões ambientais e de qualidade de vida das populações;

5.2.2. ENERGIA

O Bloco compromete-se com uma política de nacionalização do setor da energia, para impedir a desregulação e a ineficiência, garantindo o controlo público sobre as empresas do setor. Assim, o capital público deve voltar a ser maioritário na Galp, na EDP e na REN. A coordenação dos planos de investimento e desenvolvimento do setor energético deve ser garantida por uma Autoridade Nacional da Energia.

A nacionalização da produção e distribuição da energia permitirá uma política séria para a redução da dependência energética do país, concentrando as melhores capacidades técnicas no essencial: conservação de recursos, generalização da utilização do gás natural enquanto for, para o automóvel, o substituto disponível face a outros combustíveis fósseis mais poluentes, promoção de formas de energia menos poluentes e renováveis, permitindo ainda o controlo social dos preços ao consumidor, em tempos de enorme turbulência dos mercados internacionais.

Devem ser priorizados os objetivos mais ambiciosos de alteração do padrão do consumo de energia: apesar de sermos o país com mais dias de sol, somente uma pequena parte da energia consumida é produzida em painéis foto-voltaicos, que deviam ser a norma para a construção civil e para os equipamentos públicos.

CAMINHOS

- Aposta na micro-geração como modo de aumentar a percentagem de energias renováveis no mix energético, a auto-suficiência energética e a desconcentração da produção energética;
- Programa de reconversão energética, priorizando a redução do consumo e a investigação nesta área;
- Plano a dez anos para dotar todos os edifícios públicos de painéis foto-voltaicos; Obrigatoriedade de instalação de painéis solares térmicos e foto-voltaicos em todos os novos edifícios, públicos e privados, nos edifícios objeto de requalificação em mais de 25% do edificado;
- Programa de apoios à instalação de painéis solares em casas de famílias carenciadas;
- Parar o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico;
- **Plano Nacional de Combate à Pobreza Energética:**
 - criação de um Observatório da Pobreza Energética;
 - Identificação e reabilitação dos edifícios no sentido de melhorar a eficiência energética para pelo menos classe B, priorizando os casos mais emergentes;
 - Garantia de um mínimo de energia até aos 50 kWh mensais para as famílias em risco de pobreza;
 - Isenção do IVA e das tarifas de uso de rede no diferencial de consumo acima dos 50 kWh nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, para garantir energia para aquecimento às famílias mais desfavorecidas;

5.2.3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O modelo de gestão territorial que a direita tem vindo a aplicar no continente é antidemocrático e mantém o essencial do centralismo que caracteriza o país e o diferencia negativamente da generalidade dos restantes Estados membros da UE. O resultado desta política de gestão territorial é o crescimento das assimetrias regionais. Segundo dados oficiais, 59% dos municípios do continente encontram-se em risco de despovoamento, sem músculo demográfico e económico. O PS não se distancia desse modelo e colocou a regionalização na gaveta.

O Bloco defende o arranque do processo de descentralização administrativa, **tendo em vista a concretização efetiva do processo de regionalização**. Defendemos a criação de entidades regionais com órgãos diretamente eleitos pelas respetivas populações, capazes de protagonizarem projetos de desenvolvimento territorial sufragados. Consequentemente, as CCDR serão extintas logo que as regiões administrativas sejam constituídas. Todas as

comunidades intermunicipais têm obrigatoriamente, nos termos constitucionais, uma assembleia deliberativa eleita diretamente.

O Bloco contribuirá para o aprofundamento da democracia local e participativa, com reforço dos mecanismos de participação dos munícipes e maior capacidade de fiscalização dos executivos pelos órgãos deliberativos municipais e de freguesia, opondo-se aos executivos monocores que não expressem a vontade dos eleitores.

- A realização do Cadastro Rural até 2020 é essencial para o ordenamento da floresta e dos territórios rurais em geral, promovendo a devida articulação com a criação do Banco de Terras e com a dinamização das ZIF, contribuindo para diminuir as terras e as parcelas florestais abandonadas
- A revogação da liberalização da plantação de eucaliptos (Decreto Lei 96/2013);
- Criação de um Programa de Reabilitação Urbana para a próxima década. Co-financiado pelo Estado e com a gestão das autarquias, criando-se uma Bolsa de Arrendamento com as casas intervencionadas pelo Estado e que não sejam vendidas no primeiro ano e que contribua para a revitalização dos centros urbanos e para o combate a gentrificação.
- Criação de legislação para a cativação pública das mais-valias urbanísticas;
- Reforma do IMI: taxa específica e reduzida para habitação própria; imposto sobre as grandes fortunas – imobiliário; fim das isenções aos fundos imobiliários; atualização automática anual do valor do imóvel para efeitos de IMI;
- Reconhecimento dos direitos das população e do ambiente; o extrativismo é um modelo esgotado (caulinos, gás de xisto, etc);
- Implementação de um plano para concretizar a curto prazo a remoção do amianto de edifícios públicos;
- Combate à erosão costeira:
 - Alimentação artificial das praias, nomeadamente com sedimentos das dragagens dos portos e interdição da extração de sedimentos fluviais no litoral.

Interdição de novas construções em zonas de risco e em zonas de proteção dunar.

- Desmantelamento e descomissionamento de barragens obsoletas, aquelas com mais de 50 anos e improdutivas a nível elétrico e de rega, para libertar os sedimentos necessários à recarga natural do litoral, particularmente entre o Douro e a Nazaré

5.2.4. AGRICULTURA E PESCAS

Nos últimos cinco anos encerraram 40800 explorações agrícolas, o número de produtores

singulares diminuiu 15% e a área de terras aráveis decresceu 6,2%. Há quem interprete estes números como sintoma de uma mudança positiva na agricultura, cruzando-os com o aumento da área média (superfície agrícola útil), da dimensão económica e da especialização das explorações.

De facto, há duas realidades diversas na agricultura. De um lado explorações intensivas em capital - 2,3% das explorações concentram mais de metade da superfície agrícola útil - com resultados económicos acima da média, a chamada "agricultura empresarializada". Do outro lado, um extenso mosaico de médias, pequenas e muito pequenas explorações com grande dificuldade de acesso ao capital decisivo para investimento na modernização, rejuvenescimento, organização e melhoria dos resultados económicos, seja através do crédito ou dos apoios da Política Agrícola Comum (PAC).

A política agrícola do governo PSD/CDS tem levado ao abandono da atividade dos pequenos produtores, com consequências evidentes na capacidade de produção alimentar, no despoivoamento dos territórios rurais, no agravamento dos problemas ambientais e no aumento dos incêndios. A importância social, territorial e económica desta pequena agricultura é demasiadamente grande para poder ser desvalorizada. Cerca de 96% das explorações são de produtores singulares. Destas, 77% estão abaixo dos cinco hectares; 97% estão abaixo dos 50 hectares.

Trata-se de uma imensa capacidade produtiva, essencial para o fornecimento de produtos alimentares de qualidade com elevada incorporação nacional, para substituir importações, melhorar o rendimento de milhares de famílias agrícolas, gerar sustentabilidade em territórios rurais e economias locais, promover coesão territorial.

Atualmente os pequenos e médios agricultores dificilmente conseguem constituir Organizações de Produtores (OP). A sua criação exige a aglomeração de centenas de agricultores para alcançar os valores mínimos de produção comercializada exigidos, estando por isso dependentes de membros de grande dimensão que concentram a maioria dos direitos de voto e capitais sociais das OP, impossibilitando a democratização destas estruturas e absorvendo a quase totalidade das vantagens geradas pela constituição das OP. Este cenário agravou-se bastante com a saída da Portaria 169/2015, de 4 de junho.

O Bloco propõe medidas urgentes de apoio à agricultura familiar, essenciais para potenciar fatores de mudança que reorganizem e recuperem a produção agrícola com elevados compromissos ambientais e sociais.

CAMINHOS

O objetivo é conseguir que o valor médio de produção das explorações agrícolas se aproxime dos valores médios da UE a 28 países, para o crescimento sustentável da produção. Em Portugal o Valor de Produção Padrão Total é de 17,1 mil euros por exploração, enquanto na UE28

é de 25 mil euros. Nos próximos quatro anos, as medidas propostas pelo Bloco apontam para um crescimento de 25% na dimensão económica das explorações, com o objetivo de alcançar o valor de 21,4 mil euros por exploração em 2019.

- **Adequada rede de escoamento dos produtos e estabelecer uma formação de preços mais justa**, com a criação de uma rede de comercialização para os produtos da agricultura familiar que integrará em cada região (NUT III) uma central de recolha/embalagem, para fornecer prioritariamente cantinas públicas e mercados regionais.
- **Regionalizar as ajudas do primeiro pilar da PAC** de forma a garantir uma repartição mais justa das ajudas pelos diversos tipos de agriculturas/ regiões, integrando os milhares de explorações do Centro e Norte no esforço de modernização.
- **Apoio à reconversão dos produtores de leite** cujas explorações percam viabilidade económica com o desaparecimento das quotas leiteiras;
- **Recuperar a Extensão Rural**, nomeadamente com a criação de redes de inovação setoriais e territoriais que tirem partido das TIC para partilhar conhecimento e informação entre produtores e entre estes e as entidades públicas e privadas com responsabilidades nas políticas agrícolas;
- **Programa específico para os Baldios** que reconheça e valorize o seu usufruto comunitário e que promova a sua adequada exploração e impacto no desenvolvimento económico e social das respetivas comunidades.
- **Medidas para controlar e regular a formação dos preços** dos produtos agrícolas ao longo das cadeias de modo a garantir uma distribuição justa das mais-valias;
- Fomentar a criação e o reconhecimento de Organizações de Produtores com dimensionamento adequado às condições concretas de cada sector e de cada região, possibilitando a constituição e a agregação dos pequenos e médios agricultores, que representam o tipo de agricultura dominante em Portugal. É necessário ainda impor regras estatutárias que permitam a democratização das OP, impossibilitando a hegemonia dos membros de maior dimensão. Para tal é necessário revogar a Portaria 169/2015, de 4 de junho;
- **Criação de um verdadeiro Banco de Terras**, como incentivo ao uso dos terrenos abandonados, rejeitando as medidas do Governo PSD/CDS que permitem o confisco das terras para atingir unicamente as pequenas explorações e visar a concentração capitalista da terra;
 - Criação de um banco público de sementes de variedades regionais;
- Concretizar um plano de apoio e desenvolvimento das ZIF, como instrumento de gestão coletiva da floresta. Aumento do número de equipas de sapadores florestais com atribuição de meios adequados para o respetivo funcionamento. No plano nacional de combate aos incêndios florestais a componente da prevenção deve ter um financiamen-

to superior à do ataque direto. Revogação da lei 96/2013 da “liberalização da eucalip-tização”;

A política do Governo PSD/CDS-PP tem-se baseado na redução dos rendimentos dos pes-cadores. É disso exemplo a interdição da pesca à sardinha, acompanhada de declarações para que os pescadores se dediquem à pesca de outras espécies que na prática não tem valor comercial. Nesse sentido, são necessárias políticas que garantam a dignidade, a segu-rança e os rendimentos dos pescadores e a sustentabilidade dos recursos.

- **Dotar os organismos estatais competentes de meios humanos, técnicos e de equi-pamento** necessários para a monitorização, acompanhamento e valorização da pesca nacional.
- **Garantia da distribuição do valor ao longo da cadeia**, com rendimentos justos para os pescadores.
- **Criação de um “cabaz de peixe” para venda direta de pescado variado**, permitindo maiores rendimentos para os pequenos pescadores, a valorização e escoamento de algumas espécies com menos valor comercial e preços mais vantajosos para o consu-midor.
- **Valorização e promoção de pescado nutricionalmente valioso**, mas comercialmente depreciado. Medidas para garantir o escoamento deste pescado.
- **Valorização da pequena pesca tradicional**, nomeadamente da arte-xávega, garantindo o aumento da potência dos motores destas embarcações como medida de segurança dos pescadores.
- **Reforçar a monitorização e intervenção na qualidade de água em zonas de marisqueio**. Acompanhamento desta atividade para garantir a distribuição de rendimentos e a sus-tentabilidade dos recursos.

5.2.5. BEM-ESTAR ANIMAL

O Bloco de Esquerda defende políticas de promoção do bem-estar animal

- Os *microchips* de cães e gatos devem estar afetos a uma única base de dados, funcional e de fácil utilização, facilitando a devolução de animais perdidos ou a identificação e posterior punição do abandono animal;
- O Registo de cães nas Juntas de Freguesia deve ser gratuito;
- Campanhas de esterilização pública que abranja todos os animais adotados em canis e gatis municipais e o estabelecimento de protocolos de esterilização a outros animais de companhia.

Medidas legislativas para o bem-estar animal no processo de produção;

- Definição de regras para apoios à produção que favoreçam métodos não-intensivos e biológicos, que mitiguem os efeitos negativos na poluição de cursos de água ou na emissão de gases de efeito de estufa;
- Fim da transmissão televisiva em canal aberto de espetáculos que envolvam sofrimento animal;
- Fim dos apoios públicos às touradas, com a criação de um programa de requalificação das praças de touros do país;
- Fim do uso de animais selvagens nos circos;
- Aumentar o investimento na substituição da experimentação animal por métodos não-animais;
- Estabelecer um prazo para acabar com os testes em animais incluídos na categoria “sofrimento severo”;
- Estabelecer um objetivo para reduzir o número de animais utilizados nos testes em comparação com o número atual;
- Interditar os testes em animais para produtos de higiene doméstica e cosmética a partir de 2018;
- Eliminar parte da criação de animais usados no ensino, através de protocolos com autarquias e clínicas veterinárias para a utilização de cadáveres de animais;
- Dignificação dos canis e gatis municipais, dotando-os de condições para melhores serviços e maior capacidade, e de novas metodologias de contacto com a população;
- Eliminação da prática de abate de animais nos canis e gatis municipais;
- Mecanismos de participação das associações de proteção dos animais na monitorização e intervenção nos canis e gatis municipais;

5.2.6. AUTONOMIA E REGIÕES:

APERFEIÇOAR A AUTONOMIA E ESTIMULAR A ECONOMIA

5.2.6.1. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Pelo aprofundamento da autonomia

A Autonomia na Região Autónoma dos Açores não é e não pode ser uma realidade jurídico-política acabada, pelo que o seu aprofundamento deverá passar essencialmente por

alterações que consagrem maiores poderes de gestão aos órgãos de governo próprio da região sobre do seu património natural, bem como, alterações que potenciem a mudança do paradigma de desenvolvimento sócio económica e cultural em benefício de toda a sua população.

Os acordos bilaterais internacionais

O reconhecimento da autonomia dos Açores, por parte da República, terá, forçosamente, de ser mais consequente. Não basta à Região Autónoma dos Açores ter um papel meramente consultivo, ou inclusive, de cenário para uma exploração desenfreada das suas riquezas subaquáticas e posição geoestratégica, por parte de multinacionais, dos interesses militares belicistas de uma qualquer potência estrangeira ou aliança ao serviço de interesses imperialistas. Impõe-se o reconhecimento da legitimidade da intervenção dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, com competências mais abrangentes, em acordos internacionais que digam respeito aos Açores. Urge a definição jurídico-política da gestão partilhada do mar entre os órgãos da Região Autónoma dos Açores e Assembleia e Governo da República, e da intervenção e competências dos Açores nas relações respeitantes aos acordos internacionais.

É fundamental que se reconheçam competências ativas à Região Autónoma dos Açores na participação em acordos bilaterais internacionais que lhes digam respeito, o que não se compagina com negócios extremamente lucrativos para grandes multinacionais, mas extremamente ruinosos para o país e para a Região Autónoma dos Açores e com servilismos, em prol de interesses alheios que só têm servido para atrasar o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

Lei de Finanças Regionais

As transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores têm sofrido reduções, resultado da última alteração à Lei das Finanças Regionais, quando, simultaneamente, o Governo de direita da República desinveste nos serviços públicos que são da sua competência. É necessário alterar a Lei de Finanças Regionais repondo os valores pré austeridade da troika nas transferências para o Orçamento Regional e redução do diferencial da carga fiscal.

CAMINHOS

- Aplicação da Lei das Finanças Regionais de 2010.
- Aprofundar o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no sentido de a dotar de um papel mais ativo e de lhe atribuir poder vinculativo nas ques-

tões nacionais que lhe digam respeito, assim como nos acordos internacionais.

- Denúncia do Acordo de Cooperação e Defesa entre os EUA e Portugal e consequente imposição de uma moratória aos EUA para que abandonem a base das Lajes, libertando-a de quaisquer constrangimentos que impeçam o seu aproveitamento, valorizável pela sua posição geoestratégica, em prol da revitalização da economia regional e da ilha Terceira, assente no desenvolvimento de iniciativas prospetivas para viabilização económica, com fins pacíficos, das infraestruturas da base das Lajes.
- Iniciativas diplomáticas para garantir que a administração norte-americana compense os trabalhadores que venham a ser dispensados através de indemnizações majoradas e que se responsabilize pela limpeza da pegada ecológica resultante da sua presença militar na Base das Lajes.

Investigar o mar e defender a biodiversidade

No contexto da formação superior e investigação, o Bloco considera estratégica a investigação sobre o mar e sua biodiversidade. O recente interesse pela exploração das riquezas dos fundos marinhos obriga a que Portugal se posicione estrategicamente na defesa do seu património do mar. Assim deverá ser criado, com o apoio de políticas públicas apropriadas e fundos públicos nacionais e europeus, um Centro de Investigação Internacional das Ciências do Mar e das Alterações Climáticas, que se enquadre no percurso de investigação que o Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, na cidade da Horta. Este centro, estratégico na defesa dos recursos do mar, permite também a Portugal reforçar o seu empenho na defesa da plataforma continental portuguesa. A investigação desenvolvida no pólo da Horta da Universidade dos Açores, permite torná-lo no embrião natural deste centro internacional de investigação.

CAMINHOS

- Criação de um centro internacional de investigação do Mar e das Alterações Climáticas sediado na ilha do Faial, que possa contribuir para a investigação sobre a exploração do mar e dos fundos marinhos, de forma sustentável, e assim garantir o papel do país na defesa da plataforma continental portuguesa.
- Valorizar o papel do mar como fonte de riqueza pela sua biodiversidade, recursos biológicos e minerais, garantindo a proteção necessária para os seus ecossistemas marinhos e preservando a sua riqueza para as gerações vindouras, evitando que empresas multinacionais delapidem os recursos do fundo do mar do país.

A formação superior na defesa da autonomia

As universidades das regiões autónomas têm desempenhado, desde a sua criação, um papel fundamental na formação de quadros e, dessa forma, no desenvolvimento da economia da região. Elas são um dos pilares para o desenvolvimento regional, promovendo a utilização dos recursos endógenos, potenciando o desenvolvimento sustentável das regiões e, em simultâneo, fomentando o debate democrático sobre os percursos alternativos para esse desenvolvimento. Ambas as instituições, que têm percursos diferentes, contribuem, de forma significativa, para a projecção além-mar das regiões autónomas. O Bloco entende que estas instituições são estratégicas e indispensáveis para o desenvolvimento das regiões autónomas. No caso dos Açores, que segundo uma estratégia de desenvolvimento harmonioso regional, tem sediados três pólos da Universidade em três ilhas diferentes. Esta estratégia de disseminação da massa crítica pelo arquipélago, contribui decisivamente para um equilíbrio no desenvolvimento regional.

CAMINHOS

- Garantir o apoio às Universidades das regiões autónomas, reconhecendo o seu papel como promotoras do conhecimento em regiões ultraperiféricas.
- Garantir o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, reconhecendo que este modelo de implementação na Região Autónoma dos Açores promove o desenvolvimento equilibrado da região.

As regiões são parte que integram o todo nacional

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, são parte de um todo nacional. As suas idiossincrasias são também uma fonte de riqueza para o país. Assim, as opções políticas quer nacionais quer europeias, que têm impacto no continente, também se repercutem em ambas as regiões mas, em muitos casos, com matizes e intensidades diferentes. O Bloco está atento às necessidades de diálogo e reivindicação das Regiões Autónomas, como forma de garantir o bem-estar do povo que nelas habitam, para assim, garantir que os/as açorianos/as a viver no continente, ou em trabalho, usufruam dos mesmos direitos de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, assim como a prestação de cuidados de saúde, de qualquer ordem, mas que não possam ser prestados na região, quer por razões técnicas, quer por outras razões, possam ser acedidos no continente.

A extinção das quotas leiteiras e consequente liberalização do setor leiteiro começa a ter impacto significativo na atividade agropecuária do país e, sobretudo, na Região Autónoma dos Açores, repercutindo-se no preço do leite ao produtor.

O desinvestimento nos centros regionais da RTP remeteu o serviço público de rádio e televisão dos Açores e da Madeira para uma existência mínima e, por vezes, para uma existência

meramente simbólica. Urge pois, acabar com o atual modelo de serviço público menorizado de TV e substituí-lo por um modelo de cobertura amplo e mais próximo da realidade das nove ilhas do arquipélago.

A segurança pública é uma obrigação do Estado, pelo que dever-se-á garantir o financiamento que assegure a operacionalidade das forças de segurança (PSP) na Região Autónoma dos Açores.

A solução para a sobrelotação e ausência de condições no estabelecimento prisional de Ponta Delgada não deve passar pela transferência dos reclusos para o mega-estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo, numa lógica completamente afastada da realidade insular e arquipelágica que por razões economicistas, centralizará, se a atual lógica não for contrariada, a população prisional da região numa única ilha, com prejuízo para o futuro dos reclusos e suas famílias.

CAMINHOS

- Clarificação da integração do Serviço Regional de Saúde no Serviço Nacional de Saúde.
- Garantir o apoio aos agricultores pelo fim das quotas leiteiras reconhecendo a sua importância para garantir a sustentabilidade, a curto prazo, da economia açoriana.
- Monitorização do preço do leite e medidas de apoio, em articulação entre a Região, Governo da República e instâncias europeias, para evitar a falência de muitas explorações e defender aquele que é o setor económico mais importante da economia da Região Autónoma dos Açores.
- Reforço do investimento na RTP e RDP Açores, por forma a dotar o centro regional com meios técnicos e humanos e de instalações adequadas para cumprir o serviço público de rádio e TV.
- Garantir o financiamento que assegure a operacionalidade das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, assim como o pagamento do subsídio de insularidade aos seus operacionais.
- Construção de um novo estabelecimento prisional em Ponta Delgada, para fazer face à sobrelotação e falta de condições das atuais instalações.

5.2.6.2.REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Romper com a austeridade, resgatar a autonomia

O Programa de Ajustamento Económico-Financeiro da Região Autónoma da Madeira (PAEF) lançou um duplo programa de austeridade sobre os madeirenses e suspendeu muitas das

conquistas autonómicas conquistadas desde o 25 de abril. Desde logo, os madeirenses foram impedidos de manter os impostos 30% mais baixos do que no restante território nacional, como forma de compensar os custos da insularidade, o que fez com que os madeirenses tivessem o maior aumento de impostos do país.

Com o fim do PAEF não podem persistir as medidas de austeridade. É necessário recuperar o diferencial de impostos eliminado pelo memorando regional, baixando os impostos sobre o consumo e sobre o trabalho como forma de reanimar a economia e criar emprego.

Com cerca de 30% do orçamento da região a ir diretamente para o serviço da dívida a partir de 2016, é necessário garantir folga orçamental na região para o investimento público e serviços públicos essenciais. É necessária uma renegociação da dívida da Madeira, alargando prazos e baixando juros da mesma, garantindo a solidariedade nacional no sentido de cancelar uma parte desta dívida, na parte em que o Estado português é principal credor. Só assim é possível salvar a autonomia, garantir serviços públicos essenciais – Escola Pública, a Saúde acessível, transportes públicos e energia pública.

CAMINHOS

- Criação de condições para a recuperação do diferencial de impostos de 30% consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região, medida essencial para a recuperação económica da Região.
- Manutenção de um regime fiscal mais favorável para empresas que criem postos de trabalho efetivos na Região, paguem impostos e criem riqueza na Madeira.
- Rejeição de regimes fiscais que possibilitem a fuga aos impostos e retirem recursos à região.
- Extinção da Praça Financeira
- Proceder, junto dos credores, a um cancelamento de parte significativa da dívida e à reestruturação da mesma, estendendo o prazo, diminuindo os juros e indexando a amortização da dívida ao crescimento do PIB na Região.
- Construção do novo hospital da Madeira



**RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA
DE 26 DE JULHO DE 2015**

(english version here)

(version en français)

DEMOCRACIA contra o colonialismo financeiro

1. Na cimeira europeia de 12 de julho de 2015, a resposta à democracia do referendo grego foi a ocupação financeira da Grécia. A imposição de uma humilhação nacional, contra a vontade inequívoca de um povo, seguida de mais três anos de punição social, não pode acabar bem. A União Europeia mostrou, perante o olhar de milhões de cidadãos, que tudo fará para defender o seu projeto de austeridade, mesmo que isso implique atropelar a democracia. A resposta será por isso construída contra esta União, na Grécia e por toda a Europa.

2. O processo dos últimos meses encerra duas conclusões essenciais. Em primeiro lugar, que existe uma grande coligação entre conservadores e socialistas, coligação dirigida pela Alemanha, que é hoje quem manda na União Europeia, e que impõe uma ditadura dos mercados e uma política de austeridade, desemprego, pobreza e desigualdade. Em segundo lugar, que esta União não permite um governo com uma política alternativa e, confrontada com um governo de esquerda, não hesita em usar todos os meios para o derrubar.

3. A mesma União Europeia que convive bem com a construção de um novo e vergonhoso muro na Europa, pela mão do governo de extrema-direita da Hungria, não hesitou em colocar a união monetária em risco para tentar derrubar o governo do Syriza. Não foi apenas Schauble que, ao propor a expulsão hostil da Grécia da moeda única, quebrou o tabu do euro como moeda estável e comum a diversos Estados. A inédita decisão do BCE de cortar liquidez aos bancos gregos por motivos políticos, sublinha a urgência de mecanismos nacionais de controlo da banca, independentes do BCE.

4. Ao longo de um quarto de século, a União Europeia, definida pelos seus tratados, tem sido um dispositivo sem controlo democrático e vocacionado para a institucionalização da ordem neoliberal: exposição das economias nacionais à concorrência externa, concentração do capital, diminuição do Estado Providência e pressão sobre os rendimentos do trabalho, são alguns dos seus principais elementos. A moeda única foi um passo crucial, e natural, na consagração deste projeto. Em primeiro lugar porque a eliminação do risco cambial é condição essencial para uma livre circulação de capitais, condição essencial para a afirmação e desenvolvimento da finança. Em segundo lugar porque cria o ambiente institucional que consagra a austeridade e a desvalorização laboral como únicos mecanismos de ajustamento económico: i) anula a política cambial e monetária, concentrando-a nas mãos de uma instituição imune ao escrutínio democrático e dominada pelos interesses do governo alemão e das grandes instituições financeiras mundiais; ii) limita a autonomia orçamental, restringindo-a, cada vez mais; iii) impede a existência de uma política industrial. As metas impostas são impossíveis de cumprir, mas o seu incumprimento dá às instituições europeias o poder de pré-determinar os orçamentos nacionais. Acima de tudo, a burocracia europeia concentra a decisão, e revelou-se absolutamente imune à pressão popular direta ou à própria relação de forças social e política dentro de cada país. A brutalidade contra a Grécia é o retrato dessa imunidade à democracia.

5. A esquerda que representamos opôs-se sempre a este modo de integração europeia e à criação da moeda única. Porém, diante da sua concretização, admitiu que ela seria refundável por uma relação de forças mais favorável e nunca desistiu da disputa da relação de forças à escala nacional e europeia. O movimento alter-globalização, há uma década, parecia dar credibilidade a essa hipótese. Desde então, a esquerda concentrou-se em propostas capazes de refundar a Europa em termos democráticos e de criar mecanismos de correção dos desequilíbrios macroeconómicos existentes: Senado europeu com paridade entre Estados, reforma dos estatutos do BCE, reforço do orçamento comunitário, mutualização das dívidas. Todas foram inviabilizadas ou abandonadas pela social-democracia europeia, absorvida pelo autoritarismo federalista, incapaz de fazer frente aos interesses financeiros, e, por isso, hoje parceira empenhada na punição da Grécia.

6. Os programas de austeridade impostos por Berlim e Bruxelas justificaram e alimentaram a mentira dos países terem entrado em crise por os seus povos terem vivido acima das suas possibilidades. Esta mentira, reproduzida em Portugal pelo governo liderado por Passos Coelho, procurou esconder e fazer esquecer a verdadeira origem da crise: especulação financeira e explosão da bolha imobiliária norte-americana. A crise de 2007-2008, amplificada pela falência do Lehman Brothers – que representava 10% do crédito habitação mundial – teve como resposta dos diversos governos a salvação da banca e a socialização dos prejuízos. Na sequência desta crise, a finança concentrou a especulação nos títulos da dívida dos países periféricos europeus. O BCE financiou a 1% bancos comerciais, que depois compraram títulos da dívida soberana a juros muito mais altos. O capital conseguiu rendas elevadas e isentas de risco,



fazendo das dívidas públicas o maior mercado financeiro global. Chamados a absorver os prejuízos da banca, os povos europeus passaram ainda a ser o mealheiro deste imenso e lucrativo negócio das dívidas soberanas. Através de duras medidas de austeridade, que têm como único propósito assegurar uma elevada taxa de rentabilidade à finança, os rendimentos do trabalho foram transferidos diretamente para o serviço da dívida.

7. Depois de Maastricht e Lisboa, o Tratado Orçamental, em 2012, constitucionalizou a austeridade e a proibição de políticas de defesa os direitos dos trabalhadores ou de expansão do Estado Social. Perante o primeiro governo antiausteridade que a Europa conheceu, a lógica total dos tratados europeus foi concretizada na prática. Foi assim que o bloco central alemão instalou a sua lei sobre 18 países e que o próprio diretório franco-alemão se reduziu à figura da chanceler. O governo alemão é hoje o centro todo-poderoso da decisão política e do controlo orçamental.

8. A esquerda deve aprender com a história recente, e saber posicionar-se claramente perante ela. O desenlace destes seis meses de enfrentamento, onde a abertura do governo de esquerda grego para um acordo viável entre Estados iguais contrastou com o extremismo e a vingança dos 'parceiros europeus', transformados em credores, demonstra que uma esquerda comprometida com a desobediência à austeridade e com a desvinculação do Tratado Orçamental tem de estar mandatada e preparada para a restauração de todas as opções soberanas essenciais ao respeito pela democracia nacional.

9. O Bloco de Esquerda, como sempre afirmámos, defende uma política de esquerda que recuse mais sacrifícios em nome da moeda única. Afirmar a existência dessa alternativa é hoje, antes de mais, uma batalha pela democracia; referendar o tratado orçamental e iniciar um processo de reestruturação da dívida pública são passos essenciais desse caminho. É com a clareza desse mandato, - que, como assumimos na última convenção, pode resultar num rompimento com a União Monetária, -, que os representantes eleitos do Bloco atuam em defesa de um caminho alternativo ao autoritarismo europeu.

10. A esquerda internacionalista projeta-se numa nova aliança europeia, herdeira da luta contra o fascismo e contra o militarismo e das conquistas sociais do pós-guerra. Esse projeto democrático e de cooperação incorpora as lições do atual ataque autoritário e ambiciona novas metas comuns nos planos social, ambiental, cultural e dos direitos humanos. Quando crescem na Europa os partidos xenófobos e nacionalistas, que prometem um retorno ao nacionalismo autoritário como alternativa ao sistema criado por uma União Europeia disfuncional, é urgente uma resposta política que combata este caminho. Essa resposta tem sido construída pela mobilização popular e depende da capacidade do movimento de resistência e insubmissão em toda a Europa. Reconhecendo esse facto e as imensas dificuldades do percurso, o Bloco de Esquerda reitera o seu compromisso na construção de uma alternativa ampla das forças que combatem a austeridade e lutam pela democracia.



RESOLUTION OF THE NATIONAL BOARD OF THE PORTUGUESE LEFT BLOC

JULY 26TH, 2015

DEMOCRACY against financial colonialism

1. In the European Summit of July 12, the the Greek democratic referendum was responded with the financial occupation of Greece. National humiliation, imposed against the will of the people, and three more years of social punishment, cannot end well. The European Union has shown to millions of citizens, that it is ready for anything to impose the austerity plan, even running over democracy. So, in Greece and all over Europe, the answer will be built against this Union.

2. These last months draw two essential conclusions. First, there is a great conservative-socialist coalition, led by the German government, that rules the European Union and imposes the dictatorship of the markets and the policy of austerity, unemployment, poverty and inequality. Secondly, this Union will not allow the existence of any government with an alternative policy and, facing a left wing government, will not hesitate to try to destroy it by all means.

3. While easily accepting the construction of a new and shameful wall by the far right government of Hungary, the European Union didn't hesitate to put the Monetary Union at risk in the move to crush Syriza's government. Proposing the hostile expulsion of Greece from the Eurozone, Schäuble broke the myth of Euro stability as the common currency of several states. Cutting off the cashflow to Greek banks for political purposes, the ECB underlined the urgent need for mechanisms of national control on the banking system, independent from ECB.

4. Through 25 years, the European Union, defined by its treaties, has been an undemocratic device to institutionalize the neoliberal order: deregulation, concentration of capital, diminishing of social protection, pressure on salaries. The single currency was a crucial step in the consolidation of this project. Firstly, the removal of exchange risk is an essential condition for financial power and free circulation of capital. Secondly, the single currency defines austerity and labour devaluation as the exclusive mechanisms of economical adjustment: it ends national exchange